



# Relatório de Atividades 2019



São Paulo, 2020



## Sumário

Apresentação .....	5
Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.....	8
Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes .....	8
Trabalho Social com Famílias.....	44
Medidas Socioeducativas.....	53
Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes .....	61
Enfrentamento ao Trabalho Infantil .....	72
Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários.....	75
Gestão do Sistema Único da Assistência Social - SUAS .....	82
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGD .....	84
Conselho Tutelar .....	84
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.....	89
Participação do NECA em Movimentos Sociais Nacionais e Internacionais .....	90
Quem somos .....	95





# Apresentação

*"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Pra que serve a utopia? Serve pra isso: pra que eu não deixe de caminhar" (Eduardo Galeano, pensador)*

Em 2019 o Neca vivenciou experiências formativas importantes em várias regiões do Brasil.

Em Roraima, em parceria com o Unicef, desenvolvemos ações formativas e produção de materiais pedagógicos relacionados as crianças migrantes – uma questão humanitária fundamental. O conteúdo privilegia a proteção de crianças e adolescentes contra as diversas formas de violência, com atenção especial àquelas em situação de mobilidade. O projeto favoreceu o engajamento e a articulação das Organizações da Sociedade Civil, do Poder Público e do Sistema de Justiça, em uma ambiência sistêmica e de rede. O NECA demarcou uma ação ampliada com os organismos internacionais e a necessidade de articulação entre as propostas de ação na situação de migração.

No Pará, elaboramos um diagnóstico sobre o trabalho infantil no município de Castanhal, documento que norteará as ações da gestão municipal no enfrentamento a essa questão.

Em parceria com a Petrobrás, estamos no segundo ano do Projeto "Inovações Metodológicas no Trabalho Social com Famílias", que engloba a parceria com os quatro municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo e a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. O projeto está produzindo materiais a serem publicados em 2020 com a extensão de sua ação formadora na região.



No Paraná, em parceria com o governo estadual e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, iniciamos a elaboração de uma metodologia de intervenção e acompanhamento com um sistema de gestão a ser aplicado e desenvolvido em 15 Centros da Juventude, de 13 municípios do Estado do Paraná. Em Maringá iniciamos uma formação em rede, sobre Projeto Político Pedagógico para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Em Foz de Iguaçu, desenvolvemos outra formação em rede, na perspectiva do reordenamento da política de acolhimento e dos serviços de acolhimento institucional e familiar do município.

Na busca da qualidade e do reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, desenvolvemos ainda outras ações formativas e assessoria para diversos municípios, com destaque para a formação realizada em Santa Cruz do Rio Pardo, com duração de três anos.

Realizamos a atualização do SIABRIGOS, sistema informatizado desenvolvido pelo NECA em 2008, que passou a chamar SIACOLHE – Sistema de Gestão do Acolhimento de Crianças e Adolescentes que possibilita a gestão de informações sobre as entidades, os acolhidos e os profissionais dos serviços.

Na sede do NECA, oferecemos 13 cursos e oficinas, com carga horária entre 8 e 32 horas, com a participação de 283 profissionais, de 59 municípios brasileiros. Além desses cursos oferecemos também um Curso para Gestores da Assistência Social com carga horária de 20 horas que contou com a participação de 18 profissionais de gestão, de 12 municípios.

Realizamos três Seminários Nacionais, com a participação total de 648 profissionais de 123 municípios brasileiros, em parceria com a Fundação Itaú Social e com a Universidade Nove de Julho. No caso do Seminário sobre Socioeducação, vários municípios puderam apresentar suas experiências. Foi organizado um comitê técnico-científico, formado por professores de renome de várias universidades do Brasil e por profissionais da área. A comissão selecionou 15 trabalhos.

O ano de 2019 foi marcado também pela eleição unificada dos conselheiros tutelares. Reconhecendo a importância e a complexidade do papel do conselheiro tutelar, o NECA realizou seleção e formação dos candidatos à conselheiros tutelares em vários municípios do Brasil.

O chão de todas essas ações formativas se deu dentro do escopo da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Entendemos que o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, assim como do Sistema de Garantia de Direitos é fundamental para a garantia dos direitos da criança e do adolescente em nosso País.



Neste sentido, neste ano, dividimos a descrição das nossas ações em dois eixos: **Fortalecimento da Política de Assistência Social** e **Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos**. Porém essa divisão é utilizada neste relatório apenas como um recurso para diferenciar o campo de ação do NECA, uma vez que a própria PNAS, assim como outras políticas setoriais, compõe o Sistema de Garantia de Direitos <sup>1</sup>, e que em praticamente todas as nossas ações formativas incluem os atores do SGD, como uma forma de fortalecer o trabalho em rede.

Na perspectiva do fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, trabalhamos com temas que compõem a média e alta complexidade prevista na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e mais recentemente temos trabalhado temas que pertencem à proteção básica.

Com relação à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o NECA, desde a sua origem, tem participado de movimentos e mobilizações em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes, e em 2019, teve o orgulho de ter contribuído com dois movimentos de âmbito nacional, o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPFCF) e o Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, particularmente a contribuição para a avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006), e para a Campanha Proteger é Garantir Direitos.

Nas relações internacionais o NECA, enquanto representante da FICE INTERNACIONAL no Brasil, participou do Congresso em Israel e manteve o site da FICE BRASIL atualizado com matérias relevantes sobre a proteção integral de crianças e adolescentes no mundo.

Neste relatório, as ações também serão descritas por município, uma vez que entendemos que o município tem um papel estratégico no atendimento e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Nossas assessorias e ações formativas em 2019 alcançaram 5.577 profissionais da área social, de 177 municípios, de 15 Estados Brasileiros e do DF.

Esperamos que o presente relatório dê conta dos passos que demos em 2019 e de alguns passos que daremos em 2020, rumo a nossa utopia: uma sociedade que garanta todos os direitos das nossas crianças e adolescentes.

---

<sup>1</sup> A Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, publicada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) define a configuração, competência e finalidades do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA): Art.1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação dos instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, estadual Distrital e Municipal. § 1º Esse sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade. (CONANDA, 2006).



## Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social - SUAS

### Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes

Em 2012, foi firmada pelos Conselhos Nacionais dos órgãos do Sistema de Justiça e Ministérios afins<sup>2</sup> a Estratégia da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que estabelece como um de seus eixos a Estratégia Nacional de Promoção da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes. A referida Estratégia Nacional objetiva a redução dos índices de institucionalização, o reordenamento e monitoramento dos serviços de acolhimento, o estímulo à elaboração de projetos político-pedagógicos e de planos individuais de atendimento, bem como o fortalecimento da autonomia dos adolescentes mediante inclusão em programas de educação tecnológica e profissional.

Nessa perspectiva, em 2019, o NECA desenvolveu três projetos voltados ao fortalecimento de processos de reordenamento dos serviços de acolhimento dos municípios de Foz de Iguaçu/PR, Santa Cruz do Rio Pardo/SP e São Sebastião/SP.

<sup>2</sup> Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Saúde.



## SANTA CRUZ DO RIO PARDO (SP)

**Empresa contratante:** Special Dog

**Parceria:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Período:** janeiro a dezembro de 2019

**Coordenação:** Alice Bittencourt

**Equipe:** Juliana Saliba Di Thomazo

**Nº de Participantes:** 50

### Projeto:

## CUIDADO E PROTEÇÃO: ASSESSORIA AO REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.

A equipe do NECA atua no município desde 2017, quando foi realizado um diagnóstico sobre a situação do acolhimento de crianças e adolescentes afastadas dos cuidados parentais. A partir da situação identificada pelo Diagnóstico, foi firmada nova parceria com a empresa Special Dog para os anos de 2018 e 2019, com os seguintes objetivos:

- I. Contribuir para a qualificação do atendimento destinado às crianças e adolescentes em acolhimento institucional e suas famílias e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos – SGD do município de Santa Cruz do Rio Pardo;
- II. Mobilizar a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos para um efetivo reordenamento dos serviços de acolhimento;
- III. Promover uma formação reflexiva e transformadora nas práticas dos educadores e equipes técnicas dos serviços de acolhimento colocando a criança e ao adolescente no centro das intervenções.

O processo formativo realizado em 2018 e 2019 para os profissionais dos serviços de acolhimento foi planejado de acordo com as fragilidades detectadas durante a realização do diagnóstico e pensado dentro de uma metodologia participativa e dialógica que envolve os participantes na reflexão, discussão e tomada de decisões de acordo com a realidade local, considerando também a participação das equipes de São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo, municípios vizinhos que têm crianças acolhidas em Santa Cruz, e de acordo com a realidade de cada equipe de cada serviço participante. Assim, alguns temas foram eleitos como prioritários e outros escolhidos conforme as necessidades que se apresentaram, a saber: trabalho social com famílias, Projeto Político Pedagógico, autonomia, posturas comuns entre técnicos e educadores, coerência e construção conjunta



das regras de convivência, socialização dos acolhidos com a comunidade, Plano Individual de Atendimento e seu novo modelo.

O processo formativo do Sistema de Garantia de Direitos teve, como objetivo, a mobilização da rede em torno do reordenamento dos serviços de acolhimento institucional do município e foi planejado para contemplar a integração e parceria, tanto institucionalmente quanto entre os profissionais, entre os participantes com o objetivo de que o trabalho se desenvolva de modo qualificado na centralidade do atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias. Buscou-se incentivar o desenvolvimento de práticas compartilhadas de cuidado e de integração das famílias para a construção de respostas mais efetivas e capazes de concretizar o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Os participantes eram os representantes da gestão municipal, dos profissionais de CRAS e CREAS, dos conselhos tutelares, das coordenações e equipes técnicas dos serviços de acolhimento institucional, da Vara da Infância e Juventude, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, das cidades de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo.

O processo de formação que envolveu os profissionais dos dois serviços de acolhimento e os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos do município foi desenvolvido em dois anos, com 339 horas de atividades formativas.

## **PRODUTOS DESENVOLVIDOS:**

### **FLUXO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O documento foi pactuado dentro da rede do Sistema de Garantia de Direitos e acordado com a Vara da Infância e Juventude e o Ministério Público. Contempla a preocupação constante dos acolhimentos inadequados e das reintegrações malsucedidas.

### **PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO**

A construção do Plano Municipal de Acolhimento ocorreu no decorrer do ano de 2019 por meio de um processo desenhado para que, além de permitir a participação dos diferentes atores da rede de proteção do direito da criança e do adolescente, ampliasse e aprofundasse a discussão de temas pertinentes à garantia ao direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. As discussões sobre temas e ações que deveriam estar contemplados no Plano aconteceram nas reuniões mensais de Rede, conduzidas pela equipe do NECA.



## LINHA DE CUIDADOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

A linha de Cuidados da Assistência Social surgiu a partir das discussões para elaboração do Fluxo de Acolhimento. Durante um encontro da rede, todo o grupo percebeu que o fluxo de acolhimento poderia cumprir um papel ainda mais essencial, caso ele fosse acompanhado de um material prático que apontasse para cada ator, em contato com a família ou a criança, quais os cuidados necessários, para além de procedimentos e formulários que frequentemente precisam ser preenchidos e encaminhados.

De caráter inovador, a linha de cuidados para a assistência social foi inspirada na proposta da saúde. No entanto, não conhecemos nenhum município que tenha desenvolvido tal material. Sugerimos que o órgão gestor prossiga com o aprofundamento do cuidado de seu usuário em todos os serviços da rede socioassistencial.

## CADERNO DE BOAS PRÁTICAS

Durante o ano de 2018 observamos muitas novas práticas sendo implantadas, tanto nos serviços de acolhimento, quanto por parte da rede de proteção. A proposta da equipe do NECA foi consolidar a beleza desse trabalho em um material que deveria servir de inspiração, registro e que seguisse sendo construído como marca dos serviços de acolhimento de Santa Cruz do Rio Pardo.

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Os dois serviços de acolhimento de Santa Cruz do Rio Pardo manifestaram a intenção de construir e efetivar projetos políticos pedagógicos (PPP) que trouxessem um efetivo alinhamento de equipe e clareza sobre premissas e fundamentos de trabalho.

Durante o ano de 2019, nos encontros destinados às equipes técnicas dos serviços de acolhimento, apoiamos e discutimos de forma muito aberta e profunda, os pontos trazidos pelas equipes e que deveriam compor, tanto o Plano de Acolhimento (parte de responsabilidade dos serviços) quando ao Projeto Político Pedagógico.

Os Projetos Políticos Pedagógicos foram construídos de forma dialógica e são, efetivamente, a reprodução do que os serviços fizeram e pretendem seguir fazendo nos próximos anos. Além de enxergarmos nos PPP uma efetividade do projeto Cuidado e Proteção, sabemos que ali também está o fruto de muito trabalho e dedicação de toda a equipe.

Uma das ações implementadas como resultado do Plano Municipal de Acolhimento, no “Eixo Implantação de Novos Serviços”, a rede discutiu a implantação de República para Jovens e Família Acolhedora. Mesmo que a demanda maior fosse por um serviço que apoiasse os inúmeros adolescentes que estão próximos à maioria, o município



optou por iniciar a ampliação pelo programa de Família Acolhedora, de igual importância, por priorizar crianças com até 6 anos de idade.

Para sensibilizar profissionais e a população em geral, o órgão gestor organizou o Seminário sobre Famílias Acolhedoras. O NECA apoiou e participou do evento, levando também uma família acolhedora para dar um emocionante depoimento.



A Câmara de Vereadores do município reconheceu a importante contribuição do NECA para a implantação do Programa Família Acolhedora.





## FOZ DE IGUACU/PR

**Órgão Contratante:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Período:** fevereiro a junho de 2019

**Coordenação:** Dayse C.F. Bernardi

**Equipe:** Eliane Schutt

**Carga horária:** 124 horas

**Número de participantes:** 60

**Projeto:**

**Projeto Cuidado e Proteção - Formação estratégica dos profissionais da rede municipal e dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes de Foz do Iguaçu (PR)**



O projeto integra uma linha de trabalho do NECA focada no desenvolvimento de Estratégias Formativas para o reordenamento da rede de acolhimento de crianças e adolescentes denominada "Cuidado e Proteção", elaborado para o CONDECA/SP em 2018. A metodologia desenvolvida é voltada para a formação de profissionais que participam e operam o circuito de acolhimento e desacolhimento de crianças e adolescentes nos municípios, incluindo-os como parceiros na análise e construção de alternativas de forma contextualizada à realidade social e histórica do município.

O **reordenamento** é entendido como um processo gradativo de mudança das práticas cotidianas realizadas pelos atores sociais da rede de atendimento, com base nos princípios axiológicos da Proteção Integral e das referências técnicas e normativas em vigor na área. Objetiva-se que os profissionais sejam capazes de rever o processo de acolhimento de crianças e adolescentes como parte de um contexto mais amplo de violação de direitos que implica em ações integradas de prevenção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária.

**OBJETIVOS da proposta:**

- Promover o alinhamento conceitual dos trabalhadores da rede municipal e dos serviços de acolhimento para a garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes;
- Reforçar o papel de orientação e apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, no reordenamento dos serviços e das práticas de acolhimento de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais;
- Disponibilizar material de consulta e instrumentos técnicos aos profissionais envolvidos no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento existentes;



- Apoiar os profissionais diretamente envolvidos com a gestão e execução das ações de Acolhimento para a elaboração de propostas de ação consensuadas
- Fortalecer intercâmbio dos profissionais da rede municipal na articulação de ações intersetoriais de cuidado e proteção das famílias das crianças e adolescentes acolhidos nas etapas anterior, durante e após o acolhimento;
- Apoiar a revisão ou elaboração dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) e dos Planos de Atendimento Individual e Familiar (PIA) dos Serviços de Acolhimento como ferramentas para a Proteção Integral dos acolhidos;
- Instituir canais de diálogo que subsidiem as ações articuladas em rede, inclusive com a prática de reuniões sistemáticas preparatórias para a participação ativa nas audiências concentradas de revisão e homologação de PIAS no Poder Judiciário.

**Público beneficiário direto:** profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes do município de Foz do Iguaçu/PR, totalizando **60 profissionais por encontro** incluindo:

- **9 Serviços de acolhimento institucional (casas-lares) 1 residência inclusiva e 1 família acolhedora:** representados na proposta pelas equipes interdisciplinares, coordenadores, educadores residentes e seus auxiliares.
- **Rede intersetorial:** incluiu os profissionais da Assistência Social (SMAS, 5 CRAS, 2 CREAS, PAIF, PAEFI, Centro POP); do Programa de Guarda Subsidiada (AFA), da Saúde, da Educação e demais setores do executivo municipal, representantes do Sistema de Justiça (Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública), Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); além de representantes da sociedade civil quando indicados pela SMAS.

**Público beneficiário indireto:** crianças e adolescentes acolhidos, suas famílias, profissionais da rede intersetorial e dos serviços de acolhimento que não participaram presencialmente

**METODOLOGIA:** a realização da proposta se deu de forma participativa, com espaços de troca e de apoio aos participantes, por meio de uma formação dialógica crítica e propositiva. Os conteúdos foram trabalhados por meio de exposição dialogada, dinâmicas e trabalhos em grupos, rodas de conversa, uso de vídeos, textos e apoio de PowerPoint. A proposta foi organizada em **ETAPAS DO PROJETO FORMATIVO.**



- 1) Planejamento geral:** janeiro e fevereiro  
Apresentação do projeto ao parceiro local SMAS, levantamento de expectativas do contratante, alinhamento entre expectativas e possibilidades, levantamento de informações secundárias do município. Levantamento de protocolos municipais. Análise do Plano Municipal de Acolhimento. Planejamento das etapas e elaboração do cronograma consensuado.
- 2) Desenho de cenário:** fevereiro  
Levantamento de informações da rede local para o desenho do cenário em que o projeto será desenvolvido, possibilitando a compreensão do fluxo e da situação de acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes no município.
- 3) Análise de dados e planejamento das oficinas:** março  
Para a realização das oficinas temáticas de formação, utilizando dados da realidade local, com as necessidades e expectativas levantadas por grupos de participantes.
- 4) Realização dos encontros formativos mensais:** de abril a junho, segundo o cronograma acordado com a SMAS.
  - 4.1. Encontros formativos mensais da rede intersetorial:** quatro encontros com a duração de 6 horas às terças-feiras, para os profissionais da rede de atendimento, incluindo coordenadores e equipe técnica dos serviços de acolhimento
  - 4.2. Encontros formativos mensais dos serviços de acolhimento:** três horas de formação para dois grupos formados por coordenadores, equipes técnicas, educadores residentes e auxiliares. Os profissionais foram distribuídos em dois grupos: G1 e G2 para permitir a participação de todos os educadores residentes e auxiliares, facilitando a escala em rodízio por equipamento.
  - 4.3. Encontro de fechamento com participação da rede intersetorial e serviços de acolhimento:** Acrescentou-se à programação original a realização de um encontro de fechamento com a participação de todos os grupos, tanto da rede intersetorial quanto dos serviços de acolhimento com duração de 4 horas e confraternização final.
  - 4.4. Encontros formativos à distância:** ao abordar os participantes observou-se que a comunicação via mídia digital (Blog e página do facebook) não seria eficaz, visto a dificuldade de acesso dos educadores à essa linguagem. Optamos pelo envio do material de

formação organizado ao final do projeto, com as produções dos grupos incorporadas. Durante a execução do projeto, as comunicações foram centralizadas na SMAS com contatos telefônicos sistemáticos e envio de mensagens via WhatsApp e e-mails.

#### Produtos desenvolvidos:

**Desenho do cenário:** o diagnóstico inicial mapeou as demandas e ofertas dos serviços existentes, o público atendido pelos serviços de acolhimento, as fragilidades e as fortalezas da rede.

Ele foi apresentado e discutido em sessão específica do Conselho Municipal de Assistência Social e, debatido pelos participantes do projeto com o Secretário Municipal de Assistência Social e toda sua equipe.

O material sistematizado poderia se tornar uma publicação, mas, não havia recurso no projeto

#### Desenho do fluxo de acolhimento e definição das atribuições

**Levantamento de contribuições e propostas** feitas durante os trabalhos em grupo pelas equipes de foz do iguaçu, priorização entre as propostas formuladas, com delimitação dos compromissos assumidos pelo grupo e um plano de ações coletivas para aprimorar a atuação:

- a. no trabalho com as famílias de crianças e adolescentes acolhidos;
- b. em rede no atendimento de crianças e adolescentes acolhidos

Escolha pelo grupo das Guardiãs do processo de continuidade das propostas por segmento

**Plano de ação:** Colocar na nova conferência A.S. (2019) e no Planejamento Municipal (LOA 2020) as propostas aprovadas neste processo formativo.





## SÃO SEBASTIÃO (SP)

**Órgão Contratante:** Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)

**Data:** outubro, novembro e dezembro de 2019

**Equipe:**

Dayse C.F. Bernardi

Milton Fiks

Alice Bittencourt

**Nº de Participantes:** 80

**Projeto:** Formação e Supervisão para o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e para os Conselhos Tutelares. Assessoria para a Elaboração do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Afastados dos Cuidados Parentais do Município de São Sebastião/SP.

A iniciativa de contratação do NECA para o desenvolvimento do projeto faz parte da resposta do Poder Executivo Municipal a um Termo de Ajuste de Conduta impetrado pelo Ministério Público, face à necessidade de reordenamento das práticas de acolhimento/desligamento de crianças e adolescentes no município, diagnosticada pelas inspeções realizadas pelo Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – NAT do Ministério Público da regional de Taubaté.

O NECA foi contratado para assessorar a SEDES no processo de reordenamento considerando três eixos de ação articulados entre si:

- c. **Formação e Supervisão para o Serviço de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes:** equipe, educadores/cuidadores e auxiliares. Foco na qualificação do atendimento das crianças e adolescentes acolhidos e afastados dos cuidados parentais
- d. **Assessoria para elaboração do fluxo de atendimento de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais:** SGD e rede intersetorial relacionada ao acolhimento: Sistema de Justiça, CRAS, CREAS, CT, VIJ, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, CMDCA e CMAS. Articulação da rede socioassistencial a partir das interrelações com os acolhimentos, considerando as etapas antes, durante e após o acolhimento
- e. **Formação dos dois Conselhos Tutelares** enquanto órgão deliberador de medidas administrativas de proteção para crianças, adolescentes e pais. Formação focada nas medidas protetivas, em especial a do acolhimento, considerando as demandas que poderiam ser atendidas por medidas protetivas anteriores ao Acolhimento; a decisão do acolhimento; o acompanhamento das ações após o acolhimento para a reintegração



familiar e as ações voltadas para as famílias de origem. Relação com sistema de justiça, executivo municipal e CMDCA.

Nesta perspectiva, o escopo da proposta são crianças já ou em risco de serem afastadas dos cuidados parentais. A proposta foca o reordenamento do SAICA e da Política de Acolhimento do Município por meio das ações de formação, supervisão e assessoria do NECA. Elas visam qualificar as ações de cuidado e proteção do Serviço de Acolhimento Institucional em diálogo com a dos Conselheiros Tutelares e da rede de atendimento. A assessoria para elaboração do fluxo de acolhimento/desacolhimento integra o processo de alinhamento e qualificação das ações de prevenção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes no município.

Para tanto, a proposta foi desenhada em etapas complementares partindo de uma “Leitura do Cenário” com levantamento de informações básicas sobre o funcionamento das instituições, em sua interface com o circuito de acolhimento e desacolhimento de crianças e adolescentes, vistos de forma integrada com suas famílias e comunidade de pertencimento social. Em seguida, uma segunda etapa de Formação, Supervisão e Assessoria, para o Serviço de Acolhimento, para os conselheiros tutelares e para a Rede do Sistema de Garantia de Direitos do município. O projeto terá a duração de 12 meses, com início em outubro de 2019 e término previsto para setembro de 2020.

A **Etapa 1 - Leitura do Cenário** - foi realizada entre outubro e dezembro de 2019, com observação *in loco* e realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais da rede de atendimento previamente agendadas. Elas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados ou na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social. Para esse diagnóstico situacional foram elaborados pela equipe do NECA instrumentais específicos por instituição. O mês de dezembro foi utilizado para a análise das informações coletadas. O relatório analítico será enviado ao município no início de 2020.



A Etapa 2 - Formação, Supervisão e Assessoria - teve início com uma formação inicial dos conselheiros tutelares eleitos em outubro, com uma carga horária de 16 horas, realizada nos dias 27 e 28 de dezembro. Também, os primeiros encontros dialógicos e de supervisão com a Casa Flor de Lis de As demais atividades de formação previstas nesta etapa serão realizadas em 2020.



Considerando que a elaboração, de forma participativa e reflexiva, da Proposta Política Pedagógica dos serviços de acolhimento é fundamental na busca da qualidade e do reordenamento do acolhimento de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais, o NECA realizou uma formação sobre esse tema no município de Maringá.

## MARINGÁ (PR)

Órgão Contratante: Secretaria de Assistência Social

Data: novembro de 2019

Coordenação: Maria Lúcia Gulassa

Equipe: Cristina Almeida de Souza

Nº de Participantes: 22

**Projeto:**

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ/PR, COM FOCO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP.

A formação foi solicitada para os acolhimentos de Maringá pelo Ministério Público da região por meio do CMDCA e da Secretaria de Assistência Social do município.

Um público diversificado, parceiro entre si, foi convidado para participar desta formação, o que tornou extremamente ricas as discussões, debates, resultados e produções do grupo. Vinte e dois profissionais participaram da formação, entre representantes da própria Secretaria de Assistência, incluindo o CREAS, da CAPS, Defensoria Pública, Centro de Atendimento ao Idoso, Abrigo Infantil, Abrigo para Adolescentes, Acolhimento "Preservação da Vida" e o Serviço de Acolhimento Familiar.





A formação prevê 32 horas divididas em dois módulos de 16 horas cada. O Primeiro módulo foi realizado em 2019 e o segundo será realizado no início de 2020 e conterà a sistematização do primeiro módulo, os objetivos e os princípios educacionais presentes em um PPP.

No primeiro módulo foi realizada uma grande reflexão sobre “o que é um Projeto Político Pedagógico e como ele é construído.” Discutiui-se ainda, por meio de uma metodologia de provocações, que instituição é esta (a do acolhimento de crianças e adolescentes), quem é esta população atendida, o que pensam e sentem os atores deste trabalho, ou seja, as crianças, adolescentes e suas famílias, os educadores, a rede de serviços, a comunidade.



Já neste módulo foi possível constatar que esses profissionais perceberam a importância da realização de encontros para conversarem, discutirem, debaterem, tal como vivenciaram nesta formação. Perceberam a necessidade de entender o que querem como grupo, quais os caminhos para construir procedimentos e protocolos. Perceberam que não estão se comunicando eficientemente, não estão se reunindo como deveriam, com o propósito de pensar e construir um Projeto. Perceberam que a construção deste projeto deve ser coletiva. Vários depoimentos dos participantes revelam essa descoberta:

*“Hoje foi possível refletir um pouco sobre situações que muitas vezes no cotidiano não é possível ser pensadas e analisadas. Foi uma produção de conhecimento daquelas que não se tem quando*



*estamos no "modo automático". Muito bom poder refletir situações que contribuam para a construção do PPP, ficou claro a importância do PPP e que não é apenas mais uma formalidade".*

*"O dia de hoje foi muito satisfatório, podendo reconfirmar muitas das minhas convicções como agente de mudança na saúde pública e também como pessoa. O PPP traz para mim implicações na prática diária no trabalho, pois percebo que em muitos aspectos já procuro aplicar com minha equipe. O curso vem proporcionar o aprimoramento da metodologia. Mas compreendi hoje aqui que o PPP também é Filosofia de Vida. "*

*"Avalio que para nós, para os serviços, o PPP era algo muito distante, como se fosse a estrela do livro contado. Porém, com as reflexões, podemos compreender que ele está diante de nós (como a estrela do mar), isto é, fazemos, atuamos, mas precisamos agora, achar um meio para sistematizar as novas práticas, achar um "norte". Algumas pessoas esperavam um roteiro do PPP, mas vocês conseguiram demonstrar que ele é uma reflexão, é mais que um instrumento no papel estático".*

O NECA oferece uma formação de 16 horas considerada como uma formação inicial para os profissionais que atuam com acolhimento, com conteúdos considerados essenciais para quem trabalha na área.

Essa formação tem como objetivo central contribuir para a melhoria do atendimento destinado às crianças adolescente e suas famílias que por algum motivo estão com medida protetiva de acolhimento institucional e como objetivos específicos: promover o processo de reflexão e discussão sobre as normativas atuais e práticas existentes na busca de estratégias positivas de socioeducação nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes; apoiar a articulação e integração de conhecimentos e recursos visando a melhoria do cuidado institucional e reinserção social; estimular praticas baseadas nas leis e nos marcos regulatórios das políticas sociais vigentes e estimular a integração e participação da rede de garantia de proteção no cuidado coletivo das crianças e adolescentes.



E desenvolve os seguintes conteúdos:

- Marco Regulatório: Implicações para a prática
- História das Políticas Públicas
- Sistema de Garantia de Direitos e seus atores
- Papel do Educador
- A Rotina do abrigo
- PIA – Plano Individual de Atendimento
- PPP – Proposta Política Pedagógica
- Redes
- O Trabalho com Famílias

Esses conteúdos são trabalhados por meio de exposição dialogada, dinâmicas, rodas de conversa, vídeos e trabalhos em grupo. Em 2019, essa formação foi realizada nos municípios de Tambaú, Santa Branca, Bertiooga, Brotas, Fernandópolis e Santa Cruz das Palmeiras.

#### TAMBAÚ/SP

**Órgão Contratante:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Data:** 12 e 13 de setembro de 2019

**Formador:** Milton Fiks

**Nº de Participantes:** 11 profissionais da Casa Abrigo do município





### SANTA BRANCA/SP

Órgão Contratante: Secretaria Municipal de Assistência Social

Data: 7 e 8 de outubro de 2019

Formador: Júlio Guimarães

Nº de Participantes: 20 profissionais do Abrigo Municipal de Santa Branca/SP.



### BERTIOGA/SP

Órgão contratante: Instituto CAMPB

Data: 02 e 03 de maio de 2019

Formador: Milton Fiks

Nº de participantes: 32 profissionais





#### BROTAS/SP

Data: 04 e 05 de setembro de 2019

Órgão contratante: APROCAB

Formador: Milton Fiks

Nº de participantes: 41 profissionais

#### FERNANDÓPOLIS/SP

Data: 14 de janeiro de 2019

Órgão contratante: Secretaria de Assistência Social

Formador: Milton Fiks

Nº de participantes: 15 profissionais do Serviço Nosso Lar

#### SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP

Órgão Contratante: Casa Abrigo Santa Cruz das Palmeiras

Data: 18 e 19 de março de 2019

Formador: Milton Fiks

Nº de Participantes: 13 profissionais do Serviço



Em 2019, desenvolvemos mais quatro formações, com carga horária de 8 ou 16 horas, voltadas aos serviços de acolhimento com focos específicos, uma voltada para os educadores, ressaltando suas atribuições, principalmente no que se refere a intencionalidade pedagógica, duas voltadas para o trabalho com adolescentes, e a quarta sobre a articulação do Sistema de Garantia de Direitos e os Serviços de Acolhimento.



## OUROESTE/SP

**Órgão Contratante:** Casa Abrigo Ouroeste

**Data:** 12 de dezembro de 2019

**Formadora:** Juliana Di Thomazo

**Número de Participantes:** 14 profissionais do Serviço de Acolhimento do município

### **Projeto:** Formação dos educadores do Serviço de Acolhimento

O objetivo central da formação foi o fortalecimento do papel do educador e um melhor reconhecimento de suas atribuições, tendo como objetivos específicos:

- Contribuir para que educadores entendam a importância de seu papel e reconheçam suas atribuições;
- Discutir com todo o grupo a importância da rotina e de uma comunicação entre equipe que favoreça o trabalho com crianças e adolescentes acolhidos;
- Refletir de que forma a intencionalidade pedagógica deve orientar todas as ações, diálogos e atividades do serviço de acolhimento.

O serviço conta com um número grande de adolescentes e, por estarem de férias, estavam todos na casa. Estivemos juntos com acolhidos nos intervalos e horários do almoço e isso oportunizou um olhar ampliado sobre as questões trazidas pelos educadores. Trabalhamos com exercícios de escuta e de olhar para a prática. Ao final do dia, as equipes se dividiram para criar pequenos projetos que deveriam ser colocados em prática ainda durante as férias.

## MENDES/RJ

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Data:** 25 e 26 de março de 2019

**Coordenação:** Alice Bittencourt

**Nº de Participantes:** 42 profissionais do serviço do acolhimento e das instituições que compõem o SGD.

### **Projeto:** Articulação entre o Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e o Sistema de Garantia de Direitos

A formação realizada no município com o objetivo de fortalecer a articulação entre o Sistema de Garantia de Direitos e o serviço de acolhimento do município teve a duração de 16 horas, distribuídas em dois dias seguidos de 8 horas.

No primeiro dia, a partir de uma reflexão sobre o “cuidado” discutiu-se sobre a qualificação de cada profissional frente ao tema, além da atribuição de cada um



dos parceiros que compõem o SGD do município e da atuação em rede. No segundo dia, com a presença dos educadores, equipe técnica e coordenação do serviço de acolhimento, a partir da apresentação dos parâmetros de funcionamento de um serviço de acolhimento conforme as Orientações Técnicas (CONANDA, CNAS, 2009), foram apresentados e debatidos os principais instrumentos de trabalho do serviço de acolhimento (PPP e PIA), as atribuições de cada profissional e o planejamento de encontros de formação com os educadores.

O reconhecimento da responsabilidade de cada parceiro do SGD com relação ao serviço de acolhimento ainda é um grande desafio e encontros como esse, de reflexão conjunta sobre o serviço, é um caminho importante para esse trabalho em rede. Por outro lado, as mudanças necessárias para a adequação dos serviços às orientações e parâmetros legais se tornam ainda mais difíceis com a quantidade de dificuldades de todas as ordens que os profissionais dos serviços de acolhimento enfrentam cotidianamente.



## CUBATÃO/SP

**Órgão contratante:** ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, do Município de Cubatão - SP

**Data:** 10 e 11 de dezembro de 2019

**Coordenação:** Lucas Carvalho e Milton Fiks

**Nº de Participantes:** 13 profissionais do serviço de acolhimento da ADRA

**Projeto:** Oficinas “Trabalho com adolescentes – metodologias e experimentações que nos aproximam desse público” e “Manejo de grupos de crianças e adolescentes com comportamento agressivo”

A instituição ADRA, localizada no município de Cubatão, nos procurou preocupada com o trabalho realizado com os adolescentes no Serviço de Acolhimento Institucional executado pela instituição. Oferecemos duas oficinas diferentes, mas complementares no que se refere ao trabalho com adolescentes.

A oficina “Trabalho com Adolescentes”, oferecida pelo professor Lucas Carvalho, tem como objetivo conhecer e experimentar metodologias de trabalho com adolescentes, refletir sobre os desafios das práticas socioeducativas no cotidiano e como construir juntos novas alternativas, e desenvolve os seguintes conteúdos:

- Conceitos sobre a fase da adolescência;
- O adolescente nos serviços de proteção social;
- Apresentação da metodologia QUADROS;
- Metodologias potencializadoras de bons encontros.

E como metodologia, o desenvolvimento de construções conceituais e práticas com experimentação por todo o grupo, com atividades em subgrupos e em rodas com o objetivo de vivenciar metodologias que facilitam encontros com o público adolescente e juvenil.

*“Me marcou a união do grupo, os pensamentos de otimismo para lidar com os abrigados de uma maneira mais suave, mais humana.”*



*“De tudo, tirei algumas coisas que eu ainda não consegui enxergar, da visão do adolescente!...e a dor que eles carregam e como lidar com essa dor. A atividade que fizemos hoje, na introspectiva da nossa própria adolescência me arremeteu num passado distante e que tudo foi importante para formar, ou construir aquilo que sou hoje! Lute como as meninas”*



A Oficina Sobre Manejo de Grupos de Crianças e Adolescentes com Comportamento Agressivo, oferecida pelo professor Milton Fiks, tem como objetivos:

- Apresentar conceitos e pressupostos teóricos para a interpretação do comportamento humano;
- Discutir sobre diferentes possíveis posturas diante de comportamentos agressivos
- Apresentar diferentes estratégias para a resolução de conflitos.

Em termos de metodologia, a oficina foi estruturada com exposições dialogadas, leitura de apostila elaborada pelo professor e impressa para os alunos, e dinâmicas grupais. Nessa abordagem dialógica, estimulamos a participação de todos os membros do grupo, valorizando o papel da escuta e diálogo na construção de um saber coletivo.

*"Foi muito importante para o meu crescimento profissional e pessoal, uma vez que foi esclarecedor. Me sinto motivada e inspirada para o meu trabalho no serviço de acolhimento como cuidadora. Este tipo de palestra, nos serve de motivação e é de tamanha importância para o cuidador. Que pena que o dia passou tão rápido".*





## Supervisão Institucional

Além das formações já relatadas, o NECA também oferece supervisão para os serviços de acolhimento, tendo como principal objetivo promover a reflexão, a aprendizagem e o desenvolvimento dos profissionais de serviços socioassistenciais, tendo em vista a melhoria de seus projetos e práticas cotidianas. A supervisão permite que o reconhecimento dos participantes sobre as práticas cotidianas dos serviços possam ser articulados, de forma que os aspectos subjetivos das pessoas envolvidas e das dinâmicas institucionais sejam considerados e trabalhados.

Na estratégia de supervisão institucional são promovidos encontros com os profissionais do serviço, nos quais são discutidas situações mobilizadoras do cotidiano. Nesses encontros é possível refletir de forma coletiva sobre as diversas dinâmicas institucionais e organizacionais.

A supervisão institucional foi normatizada pela Resolução CNAS nº 6, em 13 de abril de 2016, que define a *supervisão técnica* como uma estratégia de formação coletiva que pode ser desenvolvida com base em diferentes abordagens e técnicas, devendo ser orientada pelas necessidades da(s) equipe(s) participante(s), propiciando ampla participação de todos (Art. 6º). Poderá ser considerada **interna** quando o supervisor integrar o quadro de profissionais da Assistência Social; ou **externa** quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela (s) equipe (s) do SUAS (Art. 6º inciso 3º). Configura-se como ação contínua de qualificação profissional estruturada por um período de seis meses, no mínimo (Art.6º inciso 1º).

Em 2019, realizamos supervisão para a Casa Flor de Lis, no município de São Sebastião/SP e nos serviços de acolhimento Casa de Isabel, Lar Batista e Helen Drexel, todos no município de São Paulo.



## SÃO SEBASTIÃO/SP

**Órgão contratante:** Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP

**Datas:** 06 e 20 de setembro, 11 de outubro e 08 de novembro de 2019

**Supervisora:** Dayse C.F. Bernardi

**Número de participantes:** 22

### **Projeto:** Supervisão para a equipe de trabalhadores do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Flor de Lis

A proposta de supervisão teve como objetivos:

- Levantar os principais desafios vividos pela equipe do Serviço.
- Promover os processos de reflexão/discussão sobre as normativas atuais, conceitos e práticas existentes para a busca de estratégias de atendimento ao público alvo.
- Apoiar a articulação e a integração de conhecimentos e recursos visando a melhoria do Serviço.
- Colaborar com a capacitação técnica de sua equipe de profissionais.

A proposta inicial previa a realização de sete encontros de supervisão. Em 2019 foram realizados quatro encontros e os demais serão realizados em 2020.

A metodologia utilizada foi de encontros presenciais locais, com a participação dialógica de todos os integrantes da Casa de Acolhida Flor de Lis, buscando tecer acordos possíveis entre equipe técnica e educadores sobre suas atribuições e funções para o exercício qualificado das ações de cuidado e proteção das crianças e adolescentes acolhidos e, o resgate dos direitos violados.

Nos quatro encontros foram discutidas as seguintes questões:

- Informações sobre as questões advindas de TACs do Ministério Público para o reordenamento do serviço de acolhimento e contratação de profissionais por Concurso Público.
- Levantamento de expectativas
- O sentido da supervisão
- Função de educador (conceituação para diferenciar o sentido das ações das atribuições definidas em contrato como de Cuidador)
- Conceito de intencionalidade pedagógica
- Um olhar do educador sobre a criança/adolescente
- Reflexão sobre a saída da coordenadora e de uma técnica e sobre a mudança de sede.



- Participação na reunião da rede intersetorial para discutir um caso de recente acolhimento de grupo de irmãos pequenos com afastamento da mãe e suspensão da visita da avó, com o objetivo de elaborar o Plano Individual de Atendimento dos acolhidos e sua família.

Neste mesmo formato, foram realizadas supervisões em serviços de acolhimento do município de São Paulo:

#### CASA DE ISABEL

**Órgão contratante:** Casa de Isabel - Centro de Apoio a Mulher, a Criança e o Adolescente Vítimas de Violência Doméstica

**Datas/período:** Janeiro a dezembro de 2019

**Supervisor:** Milton Fiks

**Número de participantes:** 15

#### LAR BATISTA

**Órgão contratante:** Lar Batista de Crianças

**Datas/período:** Fevereiro, Março, Setembro e Outubro de 2019

**Supervisor:** Milton Fiks

**Número de participantes:** 4

#### HELEN DREXEL

**Órgão contratante:** Associação Maria Helen Drexel

**Datas/período:** Janeiro a Agosto de 2019

**Supervisor:** Milton Fiks

**Número de participantes:** 10

## Cursos e Oficinas

Na sede do Neca, com a organização e coordenação de Ana Maria Zagatti, foram realizados seis cursos e oficinas com foco no acolhimento de crianças e adolescentes, com a participação de 114 profissionais da área:

O Projeto Político Pedagógico do Acolhimento: construindo identidades em um processo grupal – do educador à criança, da proteção à autonomia

Curso com carga horária de 32 horas, ministrado pela professora Maria Lúcia Gulassa, com o objetivo de ser um espaço de reflexão sobre a história do acolhimento institucional que venha a propor uma nova identidade para a instituição, por meio da construção do PPP, desenvolvendo nos seus usuários pertencimento, inclusão e uma visão transformadora da instituição. O curso contou com a participação de profissionais dos municípios de Peruíbe/SP, Jundiaí/SP, São Paulo/SP, Aracruz/ES, Brasília/DF, Olinda/PE, Piracaia/SP, Novo Hamburgo/RS, e Apucarana/ PR.



## Plano individual de atendimento para crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional ou Familiar – a atenção personalizada e as ações necessárias no PIA: a criança e o adolescente no centro do processo.

Oficina com carga horária de 16 horas, ministrada pela Professora Dayse C.F. Bernardi, com o objetivo de estabelecer as conexões necessárias entre a avaliação de caso e o planejamento de ações do Plano Individual de Atendimento visando qualificar o cuidado e a proteção oferecidos às crianças e aos adolescentes acolhidos para sua reintegração familiar, emancipação e autonomia. A oficina contou com profissionais dos municípios de São Paulo/SP, Taquarivai/SP, Apucarana/SP e Brodowski/SP.

*"Os dois dias de oficina propiciaram conhecimento quanto a importância do instrumental PIA, sua finalidade, quem são os responsáveis. A singularidade é algo que marcou os dois dias. Reflexão e prática no dia a dia do serviço e as mudanças que serão necessárias."*



## Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes com remotas chances de adoção: ter alguém que acolhe, escuta e orienta adolescentes dos serviços de acolhimento.

Oficina com carga horária de 16 horas, ministrada pelas Professoras Alice Bittencourt e Patrícia Kelly Ferreira, com o objetivo de efetivar a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com remotas ou inexistentes chances de adoção, moradoras dos serviços de acolhimento institucional e familiar. Contou com a participação de profissionais dos municípios de Santa Cruz das Palmeiras/SP, São Vicente/SP e Cubatão/SP.

*"Tive um enorme aprendizado, levarei importantes informações sobre o programa de apadrinhamento afetivo para o município, que certamente nos ajudará e muito a organizar e implementar em nossa instituição em parceria com a prefeitura."*



## Manejo de grupos de crianças e adolescentes com comportamento agressivo.

Oficina, com carga horária de oito horas, realizada pelo Professor Milton Fiks, com o objetivo de discutir algumas estratégias para resolução de situações de conflito com crianças e adolescentes com comportamento agressivo. A oficina foi realizada, durante o ano de 2019, com cinco turmas diferentes e com a participação de profissionais dos municípios de São Paulo/SP, Jundiaí/SP, Salto/SP, Mogi Guaçu/SP, Americana/SP, Cândido Mota/SP, Ibaté/SP, Osasco/SP, São Miguel Arcanjo/SP, Londrina/PR, e Guarulhos/SP.



*"Excelente, conseguimos desenvolver uma relação de troca muito construtiva e de novas experiências e formas de pensar a ação profissional."*



## Trabalho com adolescentes: metodologias e experimentações que nos aproximam desse público

Oficina, com carga horária de 16 horas, ministrada pelo Professor Lucas Carvalho, com o objetivo de conhecer e experimentar metodologias de trabalho com





adolescentes e refletir sobre os desafios das práticas socioeducativas no cotidiano e como construir juntos novas alternativas. Contou com a participação de profissionais dos municípios de Osasco/SP, Salto/SP e Ouroeste/SP.

*"Foram compartilhados materiais e metodologias que fazem refletir sobre a prática, com novas possibilidades. "*

## Fortalecimento da Gestão Institucional dos Serviços de Acolhimento: uma proposta de melhoria da gestão interna, comunitária e institucional dos serviços de acolhimento.

Curso, com carga horária de 32 horas, ministrado pela professora Telma Gutierrez de Sousa, com o objetivo de contribuir com o fortalecimento da gestão institucional dos serviços de acolhimento, considerando que a implementação de uma gestão de qualidade é fundamental para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e sua integração familiar e social. Contou com a participação de profissionais dos municípios de Cubatão/SP, Santos/SP, Americana/SP e Jacareí/SP.

*"Estou saindo do curso com muitas ideias e sugestões para melhorar minha instituição e equipe técnica. Pretendo fazer uma reunião em breve com a equipe para pensarmos estas questões."*





No final de 2019, nos dias 25 e 26 de novembro, o NECA realizou o **VI Seminário de Qualidade do Acolhimento de Crianças e Adolescentes**, na Universidade Nove de Julho, em São Paulo (SP), com a participação de 288 profissionais de 83 municípios, de sete Estados (SP, MG, PI, PR, PB, CE, RS) e do Distrito Federal.

Na edição do seminário desse ano, o Seminário coordenado pela associada Dayse C. F. Bernardi, trouxe como tema **“A adolescência em serviços de acolhimento: desafios, possibilidades e projetos de vida”** e debateu a realidade dos adolescentes acolhidos que, afastados das famílias, permanecem nos serviços de acolhimento até a maioridade.

A discussão principal, centrada em questões dos adolescentes e dos jovens, foi indicada pelos participantes do seminário realizado em novembro de 2018 e propiciou aos profissionais da área uma oportunidade de reflexão e debate sobre os desafios e possibilidades vivenciados no sistema protetivo dirigido às crianças e aos adolescentes com direitos violados, centrando-se nas especificidades desse período de desenvolvimento humano e social.

O Seminário contou com a parceria da Fundação Itaú Social e da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - AASPTJ-SP e com o apoio da Universidade Nove de Julho – Uninove.



No dia 25, a mesa de abertura contou com as participações do presidente do NECA, Celso Veras Baptista; do secretário nacional do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, Patrick Reason; da coordenadora do evento, Dayse C.F. Bernardi; representando o FICE Brasil, Isa Maria Guará, do Neca; e Adeildo Vila Nova, em nome da AASPTJ-SP e do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes (MPI).



O grupo EURECA (Eu respeito o ECA) formado por crianças e adolescentes da zona leste da cidade de São Paulo fez uma apresentação na abertura do Seminário.



Em seguida, foi a vez da conferência principal do evento, comandada pela psicóloga e consultora educacional Rosely Sayão, sobre adolescentes e jovens brasileiros no contexto nacional atual.

A primeira mesa do evento foi coordenada por Adeildo Vila Nova (AASPTJ-SP), Daniela Moeller (CFESS), Eunice Fávero (NCA/PUC-SP) e Carlos Nakamura (Movimento de Proteção Integral – MPI). Na ocasião, aconteceu o lançamento da Campanha “Proteger é Garantir Direitos”, organizada pelo MPI como instrumento





de difusão do significado da responsabilidade estruturante do Estado na garantia da Proteção Integral para Crianças e adolescentes, em território nacional.

No período da tarde, a programação seguiu com o lançamento do SIACOLHE – Sistema de Informação desenvolvido pelo NECA para os serviços de acolhimento institucional e familiar.

A segunda mesa trouxe à discussão a proposta de avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.



No final da tarde foi realizado um debate sobre estratégias para a autonomia e protagonismo juvenil, em diálogo com adolescentes e jovens convidados.

O fim do dia foi marcado pelo lançamento e sessão de autógrafos do livro “Psicologia e Serviço Social: Referências para o Trabalho no Judiciário”. Organizado pela psicóloga e primeira tesoureira da AASPTJ/SP, Susana Borges, e pela assistente social Alessandra Medeiros, a obra é uma compilação de artigos produzidos por assistentes sociais e psicólogas/os associadas/os da AASPTJ/SP sobre questões que norteiam o cotidiano da categoria no dia a dia do Judiciário. Entre eles um texto da associada Dayse C. Franco Bernardi e Ana Paula Hachich “Psicologia e Poder”.

O segundo dia de evento abriu os trabalhos com uma mesa sobre o tema “Questões de Geração, Gênero e Raça/Etnia nos Serviços de Acolhimento”. A 4ª mesa do evento – “Saída por Maioridade e Autonomia: Desafios e Propostas” – teve entre as debatedoras Alberta Góes que apresentou relatos da pesquisa “E Agora, José e Maria? O encontro com a maioria (civil) após uma vida em acolhimento institucional”.

No período da tarde, na última das mesas, foi realizado mais um importante debate, sobre “Adolescentes em Situação de Rua e em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Serviços de Acolhimento”. A Mesa contou com a participação de Neia Bueno, do Projeto Meninos e Meninas de Rua, Manoel Torquato Carvalho de Souza, da Campanha Nacional Criança não é de Rua, Viviane de Souza Ferro, do Ministério da Cidadania do Governo Federal, Isa Guará e Júlio Guimarães, ambos do NECA.





## SIACOLHE – SISTEMA DE INFORMAÇÃO

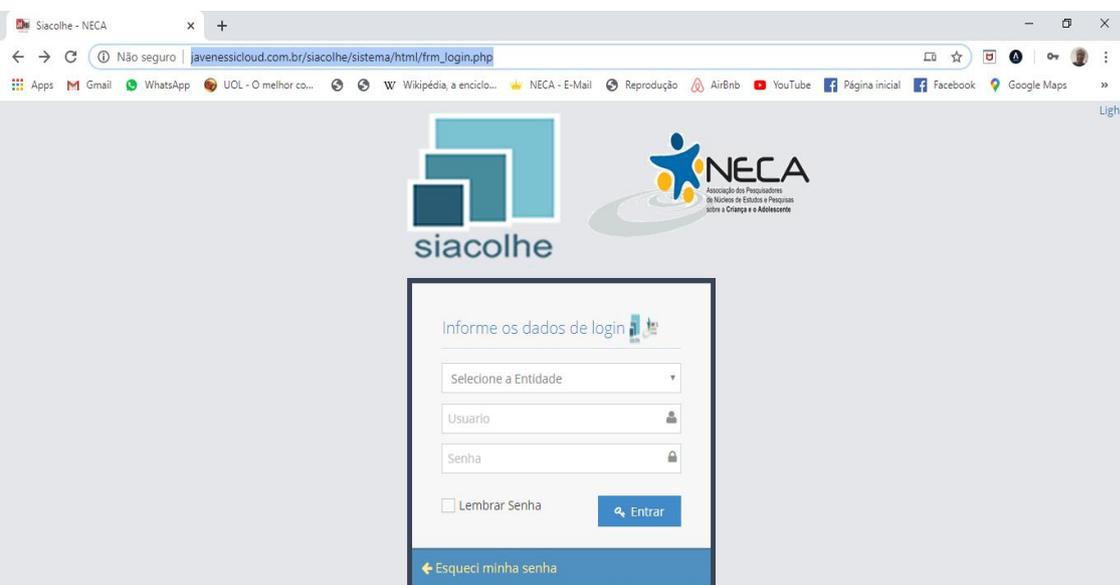
Por fim, ainda em 2019, como mais uma forma de contribuir para a qualificação dos serviços de acolhimento institucional e familiar, o NECA desenvolveu um novo sistema de gestão de acolhimento SIACOLHE, que sucedeu ao sistema SIABRIGOS, criado em 2008.

Além da atualização tecnológica, fruto da qual o novo sistema permite o acesso por aparelhos móveis, como tablets e telefones celulares com tecnologia de internet (smartphones), a grande inovação do sistema foi possibilitar a gestão de práticas que vêm se incorporando à política de acolhimento, como é o caso do acolhimento familiar e o apadrinhamento afetivo.

Assim como o sistema anterior, a nova plataforma permite a integração do sistema entre os atores da política de proteção, oferecendo a possibilidade de acompanhamento dos acolhimentos por parte do judiciário, seja por parte do juiz ou da promotoria, quando autorizada por aquele, da evolução do atendimento a cada caso, e aos gestores da política municipal ou estadual e dos próprios serviços, aos dados estatísticos dos acolhimentos sob sua responsabilidade.

O sistema, que vinha sendo desenvolvido desde 2008, foi totalmente remodelado para ser compatibilizado com as bases de dados lançadas pelo governo federal no final de 2018 (através do Prontuário Eletrônico do SUAS para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes) e demais bases de dados da política de acolhimento.

O lançamento do SIACOLHE se deu no VI Seminário Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, realizado em São Paulo nos dias 25 e 26 de novembro.





## Trabalho Social com Famílias

Para tratar das complexidades do tema da família em nossa sociedade e das diferentes metodologias de trabalho que vêm sendo desenvolvidas e encontrar novas respostas para os desafios propostos pela política pública de assistência social, o Neca já desenvolveu várias formações sobre o trabalho social com famílias.

Em 2019, desenvolve uma ação formativa, iniciada em 2018, nos quatro municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo, em parceria com a Petrobras e desenvolve oficinas sobre o Trabalho Social com Famílias nos municípios de São Paulo/SP e Mongaguá/SP.

MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (UBATUBA, CARAGUATATUBA, SÃO SEBASTIÃO E ILHA BELA)

**Apoio:** Petrobrás

**Parcerias:**

Secretarias de Assistência Social dos quatro municípios,  
SEDS/Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo  
DRADS/Diretoria Regional da SEDS do Vale do Paraíba

**Coordenação:** Angela Maricondi

**Equipe:** Maria do Carmo Krehan

Daiane Souza e Souza

Marília de Lucca (Liu)

**Projeto:**

**Inovações Metodológicas para o Trabalho Social com Famílias no SUAS – Edição Litoral Norte Paulista**

A primeira edição do Projeto foi realizada entre 2015 e 2016 nos nove municípios da Baixada Santista do Estado de São Paulo. A partir dos resultados alcançados nesta primeira edição, o Projeto teve sua segunda edição aprovada pela Petrobrás para os quatro municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Esta edição tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento da Política de Assistência Social através da qualificação e capacitação de seus profissionais e



da sistematização de conteúdos com vistas à disseminação de metodologias e experiências de Trabalho Social com Famílias - TSF, e como objetivos específicos:

1. Sensibilizar, articular e integrar os gestores municipais da Assistência Social dos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba para a execução da 2ª edição do projeto.
2. Sensibilizar profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (público ampliado) para o tema do projeto, estimulando o debate e a reflexão crítica acerca de suas práticas de atendimento de famílias.
3. Qualificar o trabalho social com famílias do grupo de profissionais selecionado para esta etapa.
4. Disseminar experiências e conhecimentos adquiridos durante a etapa 2 do projeto.

Esta edição teve início em setembro de 2018 articulando, na sua etapa 1, parcerias com a SEDS/Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, a DRADS Vale do Paraíba e os Municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

Nesta primeira etapa, foi realizado, em fevereiro de 2019, CAFÉ DA MANHÃ DE LANÇAMENTO OFICIAL DO PROJETO, no Núcleo Social do Morro do Algodão em Caraguatatuba, com um público de **59** pessoas.

A mesa de autoridades foi composta por:

1. Paulo Mathias de Tarso, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo;
2. Celso Veras Baptista, Presidente do NECA;
3. Márcio Lima de Macedo, Diretor da DRADS Vale do Paraíba;
4. Juarez Jardim, Vice-Prefeito de Caraguatatuba;
5. Jonas Fontes, Secretário Municipal de assistência Social de Caraguatatuba;
6. Nilce Signorini, Secretária Municipal de Assistência Social de Ilhabela;
7. Francisco das Chagas Almeida, Secretário Adjunto de Assistência Social do município de São Sebastião;
8. Vanderlei Aparecido de Amorim, Secretário Municipal de Assistência Social de Ubatuba.

Em março, é realizado o SEMINÁRIO TÉCNICO INICIAL no Núcleo Social do Morro do Algodão, em Caraguatatuba, com um público de **156** pessoas. O Seminário colocou em pauta a conjuntura atual da Política Nacional de



Assistência Social (PNAS), do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária e da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais e oportunizou a participação do público presente em 05 oficinas que ocorreram simultaneamente no período da tarde.

Participaram como palestrantes: Damares Vicente (NEPTRAB - PUC SP), Dayse Bernardi (NECA) e Mariana Lelis Moreira Catarina (Ministério da Cidadania). As cinco oficinas do período da tarde foram coordenadas pelas professoras: Maria Luisa Pereira Ventura Soares (Intervenção em Rede), Dayse C. Franco Bernardi (PIA em rede), Maria Leila Montiani Palma (Trabalho em Grupo/Grupos Operativos), Maria Elizabeth Seidl Machado (Mediação de Conflitos) e Mariana Lelis Moreira Catarina (Trabalhando com Povos e Comunidades Tradicionais).

A etapa 2 prevê a realização de 6 MÓDULOS FORMATIVOS – 12 encontros de 8 horas, totalizando 96 horas. Em 2019 foram realizados 4 módulos, sendo que os módulos 5 e 6 serão realizados em 2020. Em média participaram **41** profissionais dos quatro municípios, de SEDS e DRADS Vale do Paraíba.

O primeiro módulo tratou sobre a pesquisa de caracterização das práticas de TSF do grupo, sobre as concepções fundantes da PNAS e do SUAS, as concepções de famílias na contemporaneidade, as dimensões de análise e os modelos de intervenção (abordagem familista ou emancipatória).

O segundo módulo teve como objetivo central fornecer toda a base conceitual da Abordagem em Rede da autora italiana Lia Sanicola. Os conteúdos trabalhados foram: Redes Sociais Primárias e Secundárias, Oficina Estudo Exploratório de Nossas Redes Sociais, Tarefa de Dispersão, Oficina Ajuda Natural X Ajuda Profissional, Oficina Tecendo uma Rede Social Secundária.

O terceiro módulo teve como tema “Metodologias participativas com ênfase nas ações coletivas/oficinas de reflexão, convivência e ação, com vistas à sua articulação com os objetivos e diretrizes da PNAS”. A Profa. Fabiana Fadul discorreu sobre a teoria e prática das Oficinas com Ênfase na Reflexão, Convivência ou Ação, ampliando para outras práticas coletivas como Palestras, Eventos e Campanhas.

O quarto módulo tratou sobre os Grupos Operativos de Pichón Rivière – teoria e prática – e a sua aplicabilidade à luz dos objetivos e diretrizes da PNAS, com o seguinte conteúdo:

- Breve relato sobre a origem da teoria pichoniana.
- Alguns conceitos principais:
  - A técnica de Grupo Operativo
  - Noção de Vínculo e Papéis.
  - Dinâmica Visível e Dinâmica Invisível



Na etapa 3, prevista também para 2020, será realizada a DISSEMINAÇÃO das experiências e aprendizagens ocorridas na etapa 2, tendo como material de apoio um Caderno de Textos e Vídeos-aula com os temas trabalhados nos módulos desenvolvidos.

Para a organização, avaliação e monitoramento do Projeto foi formado um Grupo de Trabalho Regional que se reúne sistematicamente e tem como participantes representantes dos órgãos gestores das Secretarias de Assistência Social dos quatro municípios, da DRADS Vale do Paraíba e da Secretaria de Assistência Social do Estado de São Paulo.



Reunião do Grupo de Trabalho em Caraguatatuba avaliando o Seminário realizado em 28 de março, com a presença do Secretário de Assistência Social do Município.

## MONGAGUÁ/SP

Data: 17 e 18 de dezembro de 2019

Apoio e Parceria: Diretoria de Assistência Social do município- DAS

Formadora: Angela Maricondi

Nº de participantes: 24



### **Projeto: Trabalho Social com Famílias no SUAS**

A formação, com uma carga horária de 16 horas, foi realizada para um grupo de 24 participantes, formado pelos técnicos, coordenação e recepção de cada uma das equipes dos dois Cras e de um Creas do município e a equipe gestora da DAS, a diretora e suas duas assessoras.

Foram trabalhados através de exposições dialogadas e exercícios práticos os seguintes temas: Retratos de Família; Abordagens teórico-metodológicas; Metodologias participativas com ênfase em ações coletivas; Planejamento de uma oficina e avaliação do curso.

A demanda surgiu no município a partir de solicitações dos próprios técnicos que sentiam a necessidade de uma maior compreensão e instrumentalização para o Trabalho Social com Famílias. Para atender essa demanda, a equipe foi fartamente municiada de indicações em sala de aula e materiais técnicos. Avaliamos que novos caminhos técnicos poderão ser construídos entre as equipes e a gestão do município. Avaliamos também que a formação contribuiu para uma articulação maior entre as equipes técnicas e a equipe de gestão.

*"Atendeu as expectativas; dentro de nossa realidade; linguagem adequada; conteúdo assertivo; produtivo;"*

*"O curso trouxe grande aprendizado e apresentou possibilidades desconhecidas"*

*"Conteúdo maravilhoso e edificante. Mencionei SABEDORIA porque devemos saber ouvir para planejar e executar."*

#### SÃO PAULO/SP

**Instituição contratante:** Apoio Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste

**Datas:** 29.07; 05 e 19.08; e 02/09 de 2019.

**Formadora:** Maria Angela Maricondi

### **Projeto: Trabalho Social com Famílias no SUAS**

Participaram da formação, com carga horária de 16 horas, distribuídas em quatro encontros de quatro horas, 9 profissionais do Núcleo de Proteção Jurídica e Apoio Social da região de Santo Amaro do município de São Paulo. Este serviço é referenciado ao CREAS da própria região e tem como objetivo assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.



#### Conteúdo Programático:

- Caracterização das práticas de TSF da equipe do NPJ Santo Amaro.
- PAIF e PAEFI: debate a partir de leitura prévia do texto: *Política de Assistência Social: as direções da matricialidade sociofamiliar e do trabalho social com famílias*, de Izabel Hérika Matias Cronemberger e Solange Maria Teixeira.
- Genograma, ecomapa e mapa de rede social da família: leituras e exercícios.
- Planejamento do Acompanhamento Familiar (PAF).
- Metodologias Participativas: oficinas e ações comunitárias.

Na sede do Neca foi realizado o curso o Trabalho Social com Famílias no SUAS, com carga horária de 32 horas, ministrado pela Professora Angela Maricondi.

#### O curso tem como objetivos:

- Promover o alinhamento conceitual do grupo para o trabalho social com famílias;
- Caracterizar suas práticas de atendimento e acompanhamento de famílias;
- Instrumentalizá-los para o trabalho social com famílias (métodos e técnicas);
- Potencializar a aprendizagem mútua e a troca de experiências dentre todos e na perspectiva do trabalho em rede.

Participaram do curso 22 profissionais dos municípios de São Paulo/SP, Ouroverde/SP, Jahu/SP e Osasco/SP.

*"O curso ampliou o meu conhecimento sobre o conceito de família, conhecer outras realidades, refletir sobre a ampliação profissional e sobre a forma de se entender as reflexões familiares e a desresponsabilização social do Estado."*



Nos dias 08 e 09 de agosto de 2019, o Neca realizou o **III Seminário Trabalho Social com Famílias no SUAS**, em São Paulo, com a participação de 250 profissionais da área socioassistencial de 36 municípios brasileiros.



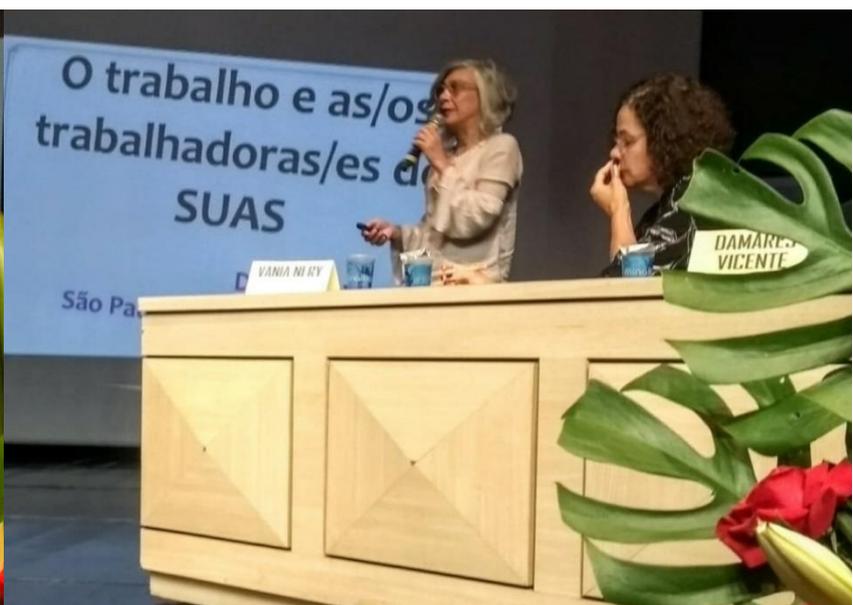
Esta jornada contou mais uma vez com a parceria da Fundação Itaú Social e apoio da Universidade Nove de Julho - Uninove.

Abertura do Seminário com a participação do diretor presidente do Neca, Celso Veras Baptista e a coordenadora técnica do Seminário, Maria Angela Maricondi.

A primeira mesa, composta por Raquel Raichelis, Vânia Nery e Damares Vicente, professoras e/ou pesquisadoras da PUC/SP, foi coordenada por Dayse C.F. Bernardi, professora e pesquisadora do Neca, e tratou dos "Novos e Antigos Desafios da Política de Assistência Social".



Palestra de Vania Nery

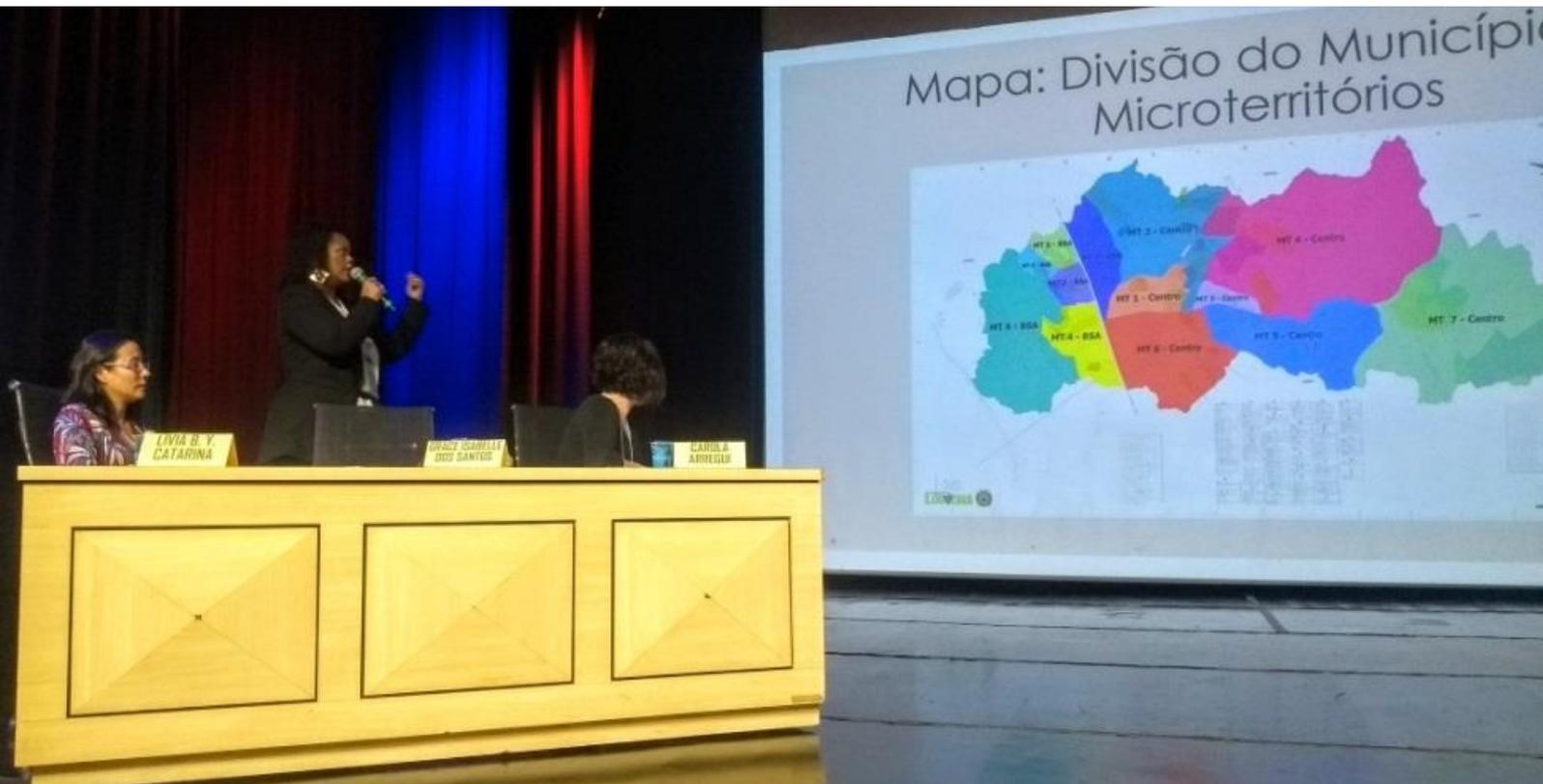


Palestra de Damares Vicente

A segunda mesa, composta por Kajali Lima Vitório, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e da Unifesp/BS, Joana das Flores Duarte, da PUC/RS e Maria Elisa dos Santos Braga, pesquisadora convidada da PUC/SP, foi coordenada por Damares Vicente, pesquisadora da PUC/SP e também coordenadora técnica do Seminário, que discutiu o tema "Relações de Classe Social nas Dimensões de Gênero, Raça/Etnia e Geração no Trabalho com Famílias no SUAS: Invisibilidades Cotidianas?". Logo após a apresentação das pesquisadoras, o público participou do debate por meio de uma dinâmica intitulada "Aquário", conforme foto abaixo.



A terceira mesa tratou de "Experiências e Leituras Socioterritoriais no SUAS", com a mediação de Carola Arregui, da PUC/SP, que problematizou sobre a importância das leituras socioterritoriais para o trabalho social com famílias no Sistema Único da Assistência Social, e com as apresentações das experiências dos municípios de Louveira/SP (Grace Isabelle dos Santos), Caraguatatuba/SP (Livia Bachiega Yamamura Catarina, e Foz de Iguaçu/PR (André dos Santos e Samuel Cabanha).



O Seminário é encerrado com os palestrantes e a equipe de profissionais do Neca que participou da organização do Seminário.





# Medidas Socioeducativas

## Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

BIRIGUI/SP

**Instituição contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Datas:** 29 e 29 de novembro de 2019

**Formadora:** Neusa Francisca de Jesus

**Número de participantes:** 18

### **Projeto:** Projeto Político Pedagógico dos serviços em meio aberto

Com carga horária de 16 horas, a formação contou com a presença de representantes das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação e do CMDCA, incluindo as equipes de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços Comunitários – PSC.

Objetivos:

- Refletir sobre concepções, ideias e fundamentos que embasam a ação sociopedagógica no contexto das medidas socioeducativas.
- Identificar e refletir sobre os objetivos do Projeto Político Pedagógico, neste contexto.
- Possibilitar experiências grupais, problematizando princípios, objetivos, conteúdo, metodologia das atividades pedagógicas.
- Construir coletivamente um roteiro preliminar do Projeto Político Pedagógico.

Em uma das primeiras atividades desenvolvidas, o grupo refletiu sobre os principais problemas e necessidades presentes no cotidiano da prática sociopedagógica. O resultado do trabalho foi utilizado para a elaboração de um cenário prospectivo e a definição de estratégias para alcançar esse cenário. Com isso, foi apresentada as bases para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico.

O grupo centrou sua preocupação no fortalecimento das redes interna e externa. Entendem que para alcançar o fortalecimento da Rede Interna precisam criar um modo de funcionamento articulado dos diversos setores (educação, saúde, cultura assistência, trabalho, etc.), estabelecendo canais de comunicação entre todos os agentes do SGD para que sejam participantes ativos do processo socioeducativo. Isso deve ocorrer por meio de encontros entre os diferentes serviços e setores do Programa.



Para o fortalecimento da Rede Externa, criar a articulação de múltiplos parceiros externos ao Programa Socioeducativo, envolvidos na promoção do adolescente e sua família, em diferentes momentos, desde a sua acolhida até o seu desligamento. Facilitar a interface entre as equipes técnicas e agentes de diferentes áreas do conhecimento e especialidades, que atuarão levando em consideração, prioritariamente, as diversas interfaces do conhecimento científico, técnico na busca do encaminhamento articulado e adequado a cada adolescente.

O grupo participante finaliza a formação com três produtos que podem ser utilizados na continuidade da elaboração do PPP:

**Produto 1:** “Quadro preliminar contendo os principais problemas e desafios presentes no cotidiano da prática sociopedagógica dos profissionais relativos ao atendimento dos adolescentes e suas famílias”.

**Produto 2:** “Quadro preliminar contendo as principais metas e ações a serem consideradas na elaboração do PPP”

**Produto 3:** “Roteiro para elaboração do Projeto Político Pedagógico”

Na sede do Neca, ainda foram realizadas três oficinas sobre o tema, com a participação de 38 profissionais da área:

1. Construção de Fluxo de Atendimento Socioeducativo e Articulação da Rede para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A oficina, com carga horária de 16 horas, é ministrada pelo professor Cláudio Hortêncio e tem como objetivos:

- Discutir a utilização dos fluxos como recurso facilitador do atendimento integrando os processos internos e externos e a participação de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos
- Oferecer oportunidades de exercício de tecnologias sociais para a construção de fluxos de atendimento ao serviço de medida socioeducativa.
- Enfatizar o diálogo, a parceria e a articulação de redes de atendimento como alternativas importantes para o cumprimento da medida socioeducativa.
- Evidenciar as possibilidades de cumprimento das exigências legais e da responsabilização de cada órgão e de cada profissional neste processo.



A Oficina foi realizada para duas turmas, uma em cada semestre do ano, e contou com a participação de profissionais dos municípios de Jahú/SP, Ourinhos/SP, e Poá/SP.

*"Clareza nas explicações e total disponibilidade para esclarecimento de dúvidas. Ótimo curso."*



## 2. Projeto de Vida e Plano Individual de Atendimento – PIA na medida socioeducativa

A oficina é realizada pela Professora Neusa Francisca de Jesus, com carga horária de 16 horas, e tem como objetivos:

- Favorecer a compreensão do contexto legal que embasa a elaboração dos planos individualizados e sua repercussão nas práticas profissionais cotidianas.
- Oferecer subsídios teórico metodológicos para a elaboração do Plano Individual de Atendimento com a participação ativa do adolescente e a vinculação com seu projeto de vida.
- Discutir as possibilidades de um trabalho intersetorial e os apoios socio comunitários possíveis no processo de cumprimento da medida pelo adolescente.

Contou com a participação de profissionais dos municípios de Ourinhos/SP, Jandira/SP, Itanhaém/SP, Lençóis Paulista/SP, e Poá/SP.

*"A professora foi muito atenciosa e cuidadosa na abordagem do tema e apresentou o assunto com olhar sensível e de forma muito receptiva aos participantes."*



### 3. Relatório Técnico nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

A oficina é ministrada pela Professora Irandi Pereira, com carga horária de 16 horas, e tem como objetivos:

- Discutir os parâmetros legais e técnicos que orientam a execução das medidas socioeducativas em meio aberto para a construção de diferentes tipos de relatórios.
- Articular, na produção dos relatórios, os elos necessários para a consolidação da política socioeducativa, para a qualificação do atendimento socioeducativo e para a ação intersetorial.
- Propiciar espaços de troca e manuseio de diferentes estratégias e processos de estudo, acompanhamento, registros e relatórios de casos visando a execução qualificada das medidas socioeducativas em meio aberto.

Contou com a participação de profissionais dos municípios de Conchal/SP, Dracena/SP, Itupeva/SP e Lucélia/SP.

*"Professora disponível para atender as necessidades de cada aluno e atenta para provocar o entrosamento do grupo. "*





Em 18 de setembro de 2019, o Neca realizou o **II Seminário Socioeducação: Novos rumos para as medidas socioeducativas em meio aberto** em referência ao dia nacional do educador social, comemorado no dia 19 de setembro. Contou com a participação de 110 profissionais, de 30 municípios brasileiros, de três Estados (SP,PR,PE).



**Faltam 50 dias para o II Seminário Socioeducativo!  
Parece muito tempo, mas o tempo passa muito rápido!**

#### ESTAMOS ESPERANDO VOCÊ!

Esta será uma oportunidade de encontro, de atualização, de troca de experiências !! Neste momento em que as mudanças em curso nos preocupam, precisamos mais do nunca estar juntos em busca de caminhos novos, metodologias e contatos para fortalecer o trabalho social nas medidas socioeducativas.

#### TEMAS DAS MESAS

1. Direitos do(a) Adolescente e a Socioeducação na atualidade
2. Educação, Escola e Socioeducação
3. Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto
4. Um panorama internacional sobre medidas socioeducativas em meio aberto

#### Envio de trabalhos

Submissão de trabalhos: de 18/07 a 23/08  
Avaliação dos trabalhos: de 20/07 a 27/08  
Divulgação dos trabalhos aprovados: 30/08 (site [www.neca.org.br](http://www.neca.org.br))  
Duvidas??  
Mande um email: [socioeducativo@neca.org.br](mailto:socioeducativo@neca.org.br)

**CLIQUE AQUI  
E FAÇA SUA INSCRIÇÃO**

#### REALIZAÇÃO:



#### PARCEIROS:



Foram parceiros desta iniciativa: Fundação Itaú Social, IBDCRIA/ABMP, GENPEC, ICDH, Fórum DCA e Universidade Nove de Julho – Uninove.

O Seminário teve como objetivo discutir os desafios atuais para a ação socioeducativa e prospectar novos rumos para as medidas socioeducativas em meio aberto valorizando as experiências já realizadas pelos profissionais da área.

Uma versão em inglês foi enviada ao Fice Internacional - Federação Internacional de Comunidades Educativas, que o Neca representa no Brasil.

Nesta edição, vários municípios puderam apresentar suas experiências com socioeducação. Foi organizado um comitê técnico - científico, formado por professores de renome de várias universidades do Brasil e por profissionais da área. A comissão selecionou 15 trabalhos<sup>3</sup>, apresentados a partir das seguintes categorias:

- Resultados de pesquisas concluídas
- Estudos técnicos ou levantamentos sobre a população atendida
- Metodologias aplicadas na ação socioeducativa
- Práticas sistematizadas ou relatos de práticas
- Estudos de caso
- Projetos em execução ou propostas de projetos

<sup>3</sup> Os critérios de seleção para inscrição de trabalhos nos dois painéis durante o II Seminário foram os seguintes: Pertinência ao tema do Seminário; Grau de aplicabilidade prática dos conhecimentos ou da experiência; Clareza na descrição do trabalho.



Os trabalhos selecionados pelo Comitê, apresentados no Seminário foram os seguintes:

- A Articulação da Rede de Atendimento Socioeducativo - Gestão como Estratégia de Efetividade - Ibiúna/SP
- O Lugar do Adolescente Autor de Ato Infracional no Sistema Educacional – Vinhedo/SP
- Laboratório de Mudanças - São Paulo/SP
- Grupo de Trabalho de MSE em Franca - Franca/SP
- Sistematização do Encontro de Meninas - Santos/SP
- Núcleo de Educação Social - Recife/PE
- Cuidado Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - Recife/PE
- Transversalidade e Responsabilização das Políticas Setoriais do SIMASE – Recife/PE
- Acesso ao Capital Cultural como método de Ressocialização - São Paulo/SP
- Conectados - Semana da Juventude da Cidade de Araçatuba – Araçatuba/SP
- CREAS em Cores, Movimento e Ação - Dracena/SP
- A Festa de Babette – São Paulo/SP
- Paternidade na Adolescência Moiô, minha mina tá grávida – Alfenas/MG
- Pé de Palavra - Paraisópolis/MG
- Reflexões sobre a escuta do adolescente num serviço de medidas socioeducativas – São Paulo/SP

Após a abertura do Seminário, a Mesa 1, coordenada pela pesquisadora Marília Rovaron, do Cenpec, tratou dos *Direitos e Desafios da Socioeducação*, com os palestrantes Dr. Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça da Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público de Minas Gerais, que falou sobre os Direitos do(a) Adolescente e a Socioeducação na atualidade e Irandi Pereira, pesquisadora associada do NECA, membro do ICDH e do Fórum Estadual DCA, cuja exposição teve o tema Educação, Escola e Socioeducação.





Ainda na parte da manhã foi realizado o 1º Painel de experiências e práticas em medidas socioeducativas, coordenado por Cláudio Hortêncio da Costa, com a apresentação de sete das experiências acima descritas.

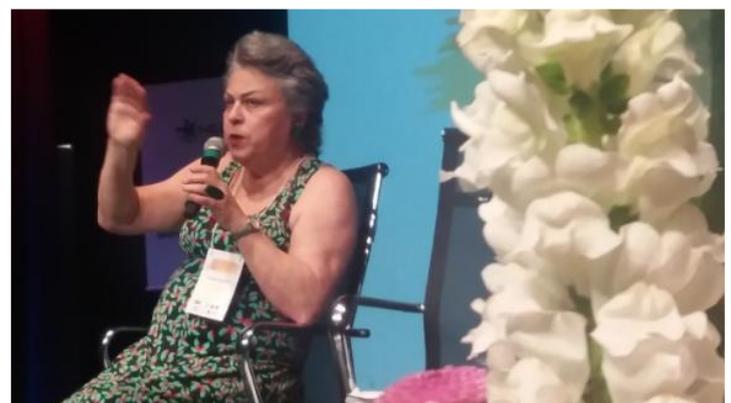


Na parte da tarde, os trabalhos são retomados com a Mesa 2 "Pesquisas e caminhos para os Serviços de Medidas em Meio Aberto", com coordenação de Lucas Carvalho do Núcleo Socioeducativo do Neca e palestras das professoras Isa Guará e Aldaíza Sposati, cujas apresentações trataram dos temas: Um panorama internacional sobre medidas socioeducativas em meio aberto e Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto.

**II Seminário**  
**SOCIOEDUCAÇÃO: NOVOS RUMOS PARA**  
**AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM**  
**MEIO ABERTO**

**Um panorama internacional sobre medidas socioeducativas em meio aberto**

Isa Guará





As demais oito experiências selecionadas são apresentadas em seguida, no Painel II, também com a coordenação de Cláudio Hortêncio Costa. Antes do início de cada mesa forma apresentados Extratos de filmes sobre adolescentes com comentários de Lucas Carvalho.





## Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes

Em 2019, uma grande demanda por parte dos municípios se deu entorno do desafio de compreender e atender a LEI Nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que institui a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência.

O Neca como uma forma de possibilitar um espaço de compreensão e reflexão sobre a escuta especializada ofereceu uma formação, em formato de oficina, com carga horária de 16 horas para diversos municípios.

A oficina tem como principal objetivo oferecer subsídios e conteúdos para o desenvolvimento do atendimento a criança e o adolescente em situação de violência, de acordo com o que preconizado a lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. E desenvolve os seguintes conteúdos:

- A violência contra a criança e o adolescente.
- A escuta especializada da criança, do adolescente e da família em situação de violência.
- O acolhimento e o atendimento da criança e do adolescente em situação de violência.
- A importância do trabalho em rede efetivo para a proteção da criança e do adolescente em situação de violência.
- Procedimentos técnicos e práticos para a escuta especializada.

Com aulas expositivas, debates e reflexão de situações cotidianas vivenciadas pelos participantes, filmes, dinâmicas de grupo, textos, e referências bibliográficas, possibilitamos a reflexão da rede, representada por seus profissionais na oficina, no que tange ao atendimento à violência contra a criança e o adolescente. A oficina possibilita a reflexão sobre a importância da articulação da rede de atendimento para evitar a revitimização da criança e adolescente em situação de violência e a necessidade da elaboração de um fluxo de atendimento à violência contra a criança e o adolescente e o papel de cada ator da rede.

A oficina foi realizada nos municípios de Caraguatatuba/SP, Nuporanga/SP, Santa Cruz das Palmeiras/SP, Rio Claro/SP e Ilhabela/SP. No município de Campo Limpo Paulista foi realizada uma palestra para os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos do município.



De forma geral, as oficinas sensibilizaram os atores do SGD desses municípios quanto à necessidade da elaboração do fluxo de atendimento e do desenvolvimento de novas metodologias de atendimento. Em alguns municípios percebemos a dificuldade do trabalho em rede e a falta de entendimento com relação à complexidade das situações de violência e como deve ocorrer o atendimento a essas situações. Foi possível também identificar equívocos na interpretação da lei, ocasionando atuações que não estão de acordo com a atribuição de alguns profissionais, entretanto as oficinas provocaram a reflexão necessária para a rede pensar em um realinhamento do trabalho em rede.

#### CARAGUATATUBA/SP

**Data:** 10 e 11 de maio de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria Municipal da Saúde

**Formador:** José Carlos Bimbatte

**Número de Participantes:** 43

#### NUPORANGA/SP

**Data:** 07 e 08 de novembro de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Formador:** José Carlos Bimbatte

**Número de Participantes:** 34

#### SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP

**Data:** 14 e 15 de outubro de 2019

**Formador:** José Carlos Bimbatte

**Órgão contratante:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Número de Participantes:** 22

#### RIO CLARO/SP

**Data:** 21 e 22 de novembro de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**Formador:** José Carlos Bimbatte

**Número de Participantes:** 48

#### ILHABELA

**Data:** 9 e 10 de dezembro de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social do município de Ilhabela

**Formador:** José Carlos Bimbatte

**Número de Participantes:** 40



O Neca também foi convidado pelo GECATS<sup>4</sup>, da região da DRADS de Franca, para uma formação sobre "A escuta qualificada e os fluxos de atendimento entre o Sistema de Justiça e a Política de Assistência Social".

## FRANCA/SP

**Data:** 14 de maio de 2019

**Órgão contratante:** Secretarias de Assistência Social dos municípios de Cristais Paulista/SP, Pedregulho/SP e Jeriquara/SP.

**Número de Participantes:** 76

A Comissão Organizadora do encontro GECCATS do mês de maio de 2019, elegeu o tema "A escuta qualificada e os fluxos de atendimento entre o Sistema de Justiça e a Política de Assistência Social", com o objetivo de dialogar sobre a relação interinstitucional, presente nos territórios, com os órgãos do Sistema de Justiça; conhecer a normativas existentes sobre estes fluxos de atendimento e responsabilidades de cada instituição; Debater sobre as implicações e responsabilidades de produção e antecipação de provas para o procedimento de inquérito policial e do depoimento especial no âmbito da Justiça.

O tema foi indicado pelos trabalhadores do SUAS da região, considerando que a natureza dos encaminhamentos efetuados pelos órgãos do Sistema de Justiça, bem como o prazo para respostas e as demandas impostas têm impactado diretamente as atribuições e ações próprias dos serviços da Política de Assistência Social nos municípios.

A atividade foi desenvolvida com exposição inicial do tema, debate em seis grupos de trabalho para contextualização da temática; exposição e debate sobre a

---

4 **O Grupo de Estudo e Capacitação Continuada de Trabalhadores do SUAS – GECCATS** da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Franca, é composto por profissionais dos municípios Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

O GECCATS tem como objetivo a formação continuada dos trabalhadores de proteção social básica e especial do SUAS, propiciando um relevante espaço de trocas de experiências e reflexão acerca dos marcos legais, documentos de orientação, serviços e práticas.



produção dos grupos; síntese integradora com exposição de pontos fundamentais das relações entre Sistema de Justiça e SUAS, quanto à escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Ainda no campo do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, o NECA já realizou vários projetos em parceria com o Unicef. Em 2019 desenvolveu um projeto de mobilização e formação em Roraima.

#### BOA VISTA E PACARAIMA/RR

**Parcerias:**

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

Plan Internacional

Neca

Indica

**Coordenação:** Maria Angela Leal Rudge

**Coordenação da publicação:** Benedito Rodrigues dos Santos

**Pesquisadores:** Irandi Pereira e professores convidados.

**Data:** De agosto de 2018 a setembro de 2019

**Número de Participantes:** 587

**Projeto:** Fortalecendo capacidades institucionais na área de proteção de crianças e adolescentes contra a violência, e em especial àquelas em situação de mobilidade.

O Fundo das Nações Unidas a Infância (UNICEF), com apoio da Plan Internacional e realização do NECA, desenvolveu nos anos de 2018 a 2020 o Projeto no Estado de Roraima.

Desde o início da crise venezuelana milhares de imigrantes vieram para Roraima através da fronteira com a cidade de Pacaraima, ao Norte do estado, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, em função da crise humanitária que atingiu a população daquele país. O fluxo migratório se tornou intenso nos últimos meses de 2017 e início de 2018, momento que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) constatou que crianças e adolescentes venezuelanos viviam em situação precária e de extrema vulnerabilidade e sem acesso a direitos básicos, em abrigos de Boa Vista e Pacaraima.



Para o enfrentamento dessa situação, o Projeto foi elaborado visando estabelecer parâmetros para o atendimento integral de crianças e adolescentes em situação de mobilidade (migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio etc.) e criar estratégias de fortalecimento das instituições que compõem a rede do Sistema de Garantia de Direitos da capital Boa Vista e Pacaraima, para que juntas pudessem definir e pactuar estratégias de ação para o equacionamento das situações vivenciadas a partir do marco de direitos humanos de crianças e adolescentes.

O projeto previu atuar em dois eixos estratégicos:

- Ampliação da capacidade técnica de planejamento e conhecimento sobre temas referentes à violência contra crianças e adolescentes das organizações integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Roraima;
- Produção e disseminação materiais de formação e publicação sobre proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou em risco de violência, com especial ênfase naquelas em situação de mobilidade.

No primeiro eixo foram realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento à rede de proteção social e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para elaborar o diagnóstico da situação; planejar e definir ações e estratégias para a gestão do atendimento e estabelecimento de fluxos para o encaminhamento de casos para os serviços públicos existentes;
- Formação presencial para os diversos atores e profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes visando ao aprimoramento da prática e a melhoria das ações desenvolvidas; e
- Produção de materiais que subsidiem a intervenção na área de proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou em risco de violência, com especial ênfase naquelas em situação de mobilidade.





**Caderno de Orientações  
Técnicas para a  
Proteção de Crianças e  
Adolescentes**

O segundo eixo contou com a elaboração e disseminação de materiais didáticos para subsidiar o processo formativo e a produção da publicação intitulada “Caderno de Orientações Técnicas para a Proteção de Crianças e Adolescentes no Município”.

#### **AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONHECIMENTO SOBRE TEMAS REFERENTES À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE RORAIMA**

A proposta formativa contou a realização de um Encontro de abertura e de 14 oficinas presenciais sobre temas estratégicos na área de proteção de crianças e adolescentes contra violência, em especial àquelas em situação de mobilidade, tendo como objetivos o aprimoramento da prática, a melhoria das ações desenvolvidas e o favorecimento de ações integradas dos diversos atores e profissionais que trabalham diretamente com este público.

As atividades formativas foram iniciadas no dia 17 de outubro de 2018 com a realização do “Encontro de abertura do ciclo de formação sobre direitos de crianças e adolescentes”, em Boa Vista. O evento teve como objetivo mobilizar os atores do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo Sistema de Justiça, para o ciclo de oficinas que será realizado no final do ano de 2018 e primeiro semestre de 2019, visando apoiar e fortalecer a rede local à luz do paradigma da Proteção Integral a crianças e adolescentes brasileiros e venezuelanos. Participaram do Encontro 172 profissionais representativos das redes de Boa Vista, Pacaraima e Iracema, o que nos levou a avaliar que o Projeto ganhou a visibilidade necessária para o engajamento dos diversos atores no processo formativo.

#### **AS OFICINAS FORMATIVAS E SEUS CONTEÚDOS**

As 14 oficinas ministradas entre novembro de 2018 e março de 2019 contaram com oito temas e 16 horas cada uma, somaram 224 horas de formação e beneficiaram 587 profissionais que integravam a rede de proteção de crianças e adolescentes de 14 municípios do Estado de Roraima.

**Tema 1: Relações humanas e ação profissional na proteção e cuidado de crianças e adolescentes** - Profa. Dra. Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

Oficina 1: 5 e 6 de novembro de 2018 e Oficina 2: 13 e 14 de março de 2019

Tema 2: A documentação enquanto estratégia de garantia do direito à cidadania de crianças, adolescentes e famílias - Prof. Dr.Thiago Almeida Garcia

Oficina 1: 12 e 13 de novembro de 2018



Tema 3: Trabalho Infantil e crianças e adolescentes em situação de rua e na rua  
Prof. Marco Antônio da Silva Souza

Oficina 1: 25 e 26 de fevereiro de 2019 e Oficina 2: 25 e 26 de março de 2019

Tema 4: Prevenção dos homicídios na adolescência, atenção integral às vítimas e atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em meio aberto - Prof. Ms. Tiago de Holanda Altamirano

Oficina 1: 26 e 27 de novembro de 2018 e Oficina 2: 28 e 29 e março de 2019

Tema 5: Fortalecimento dos vínculos familiares – a convivência familiar e comunitária como direito - Profa. Ms. Dayse Cesar Franco Bernardi

Oficina 1: 04 e 05 de dezembro de 2018 e Oficina 2: 27 e 28 de fevereiro de 2019

Tema 6: Direitos de crianças e adolescentes em situação de mobilidade - Prof. Doutor João Guilherme Granja e Prof. Dr. Claudio Hortêncio Costa

Oficina 1: 28 e 29 de janeiro de 2019 e Oficina 2: 21 e 21 de março de 2019

Tema 7: Violências contra crianças e adolescentes: violência sexual, física e psicológica - Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Oficina 1: 05 e 06 de fevereiro de 2019 e Oficina 2: 07 e 08 de fevereiro de 2019

Tema 8: Violência de gênero no contexto familiar, institucional e social - Profa. Patrícia Ludmila Barbosa de Melo

Oficinas 1: 18 e 19 de março de 2019

As Oficinas se constituíram em estratégias de formação vivencial e de debate de temas e conteúdos considerados fundamentais para a proteção de crianças e adolescentes contra a violência e com atenção especial àquelas em situação de mobilidade, favorecendo o engajamento e a articulação das organizações da sociedade civil, do poder público e Sistema de Justiça, em uma ambiência sistêmica e de rede. Todas elas foram extremamente bem avaliadas pelos participantes, sendo consideradas pelos gestores um marco nas políticas públicas dos municípios envolvidos.

O estabelecimento de parcerias com as agências multilaterais presentes no território (Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR, Organização Internacional para as Migrações - OIM e ONU Mulheres) e órgãos do Sistema de Justiça (Defensoria Pública do Estado de Roraima e Vara da Infância e Juventude) foram muito importantes no decorrer do desenvolvimento das ações, favorecendo a adesão e garantindo a legitimidade ao projeto formativo.



Encontro com a Defensoria Pública do Estado de Roraima

O envolvimento dos diferentes atores no processo formativo pôde traduzir-se em parcerias efetivas para uma nova ética de convivência no território, constituindo assim em uma experiência metodológica e política relevante para o Estado de Roraima.

*"A oficina foi de grande importância para a minha formação profissional e pessoal. Além do conhecimento teórico científico, também tive a oportunidade de interação com as parceiras institucionais de apoio ao meu trabalho. Fiquei muito contente com*



*a dinâmica da professora e a sua vontade de passar o conhecimento. Parabéns a equipe do NECA pela linda realização."*

*"A iniciativa do curso foi de grande importância para os diversos profissionais que estão atuando na área de migração em Roraima, pois é um tema que lidamos diariamente. A partir dessa oficina pude ter alguns insights para aplicar no dia a dia e assim melhorar a escuta desses casos e o fluxo do trabalho. Obrigada!"*

*"A formação do Unicef/Neca foi um divisor de águas para os municípios do Estado de Roraima tão isolados e necessitados de aprimoramento profissional, aquisição de conteúdos atualizados e da troca de experiências com seus pares".*

## **PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE MATERIAIS DE FORMAÇÃO E PUBLICAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU EM RISCO DE VIOLÊNCIA**

Com tiragem de 5.700 exemplares, o material produzido estabelece conexão entre a metodologia do Selo UNICEF e as questões de mobilidade (migração, refúgio e tráfico de crianças e adolescentes), detalhando os passos, de forma concreta, para que crianças e adolescentes tenham acesso aos serviços sem discriminação.

A publicação oferece orientações metodológicas para implementação de nove resultados sistêmicos relacionados com a proteção dos direitos da criança e do adolescente concretizados em temas como registro civil de nascimento; fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); funcionamento dos programas e das políticas de inclusão social de famílias vulneráveis no município; prevenção e notificação de situações de violência sexual e trabalho infantil no município oferta de serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no município (Lei 13.431/2017); disponibilização de serviços socioeducativos em meio aberto no município; desenvolvimento de ações multisetoriais de proteção ao direito à vida dos adolescentes e contra a violência no município; fortalecimento da participação da sociedade (especialmente de crianças e adolescentes) na elaboração e no controle social de políticas públicas.

No processo de disseminação da publicação, o Neca e o Indica realizaram um ciclo de seis encontros de capacitação das equipes dos Escritórios Regionais do UNICEF de São Luís, Belém, Salvador, Recife, Manaus e Fortaleza que contou com a presença dos especialistas de cada tema responsáveis pela elaboração dos textos.



Na sede do NECA, foram realizados três cursos e oficinas neste tema, com a participação de 75 profissionais da área:

I. Enfrentamento à violência doméstica e sexual: Uma ação em rede

A oficina, com carga horária de 16 horas, foi realizada pelos professores José Carlos Bimbatte e Aline Conegundes Riba, com os objetivos de:

- Mobilizar e sensibilizar atores da Rede de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes para atuação em rede na defesa, prevenção e proteção de crianças e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.
- Capacitar os atores da Rede de Proteção Integral para alinhamento das concepções teóricas, conceituais, jurídicas e metodológicas sobre o fenômeno da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes.
- Elaborar, avaliar, implantar e implementar Planos Decenais de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Participaram da oficina, profissionais dos municípios de Barueri/SP, Taboão da Serra/SP, Altinópolis/SP, Dracena/SP, Osasco/SP, Ituverava/SP, Orlândia/SP, Ouroeste/SP, e São Carlos/SP.



*"Professores possuem muita experiência. Dão exemplos baseados na prática, e isso é muito positivo."*

II. Desafios metodológicos no atendimento ao autor da violência sexual contra a criança e o adolescente

A oficina, com carga horária de 16 horas, foi realizada pelos professores José Carlos Bimbatte e Aline Conegundes Riba, com os objetivos de:

- Possibilitar aos trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, subsídios e conteúdos para o desenvolvimento do atendimento a violência sexual, visando à proteção integral da criança e do adolescente.



- Evidenciar o papel dos atores da rede de proteção visando refletir sobre a importância do atendimento ao autor da violência sexual, assim como as alternativas metodológicas viáveis para o desenvolvimento desse atendimento.

Participaram da Oficina, profissionais dos municípios de São Luis/MA, Apucarana/PR, e Ouroeste/SP.

*"Agregou novos conhecimentos: perspectiva do atendimento ao agressor com foco na proteção na criança/adolescente."*



- III. A escuta especializada no atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência.

A oficina, com carga horária de 16 horas, foi realizada pelos professores José Carlos Bimbatte e Aline Conegundes Riba, com o objetivo de instrumentalizar os profissionais que atuam com a garantia de direitos da criança e do adolescente, proporcionando subsídios e conteúdo para o desenvolvimento do atendimento a criança e o adolescente em situação de violência de acordo com o que preconizado na LEI Nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Participaram das duas oficinas realizadas profissionais dos municípios de Cesário Lange/SP, Jarinu/SP, Caçapava/SP, Valinhos/SP, Arujá/SP, Botucatu/SP, Santa Barbara d'Oeste/SP, Campo Limpo Paulista/SP, São Paulo/SP, e Guaratinguetá/SP.

*"O curso superou minhas expectativas. Todas as informações propostas e observações em relação ao tema serão levadas ao meu município, com o intuito de contribuir para a proposta de criação de fluxo de atendimento."*



## Enfrentamento ao Trabalho Infantil

Contratado pela Prefeitura Municipal de Castanhal, Pará, o NECA finalizou o estudo realizado durante cinco meses, formalizado no “Diagnóstico sobre Trabalho Infantil em Castanhal” cujo documento foi entregue pela Secretária Municipal de Assistência Social e procurador do município, com participação do NECA, em atendimento a uma das obrigações do Termo de Ajuste de Conduta assinado em 2018.

### CASTANHAL/PA

**Data:** de dezembro/2018 a abril/2019

**Órgão contratante:** Prefeitura municipal de Castanhal

**Coordenação:** Maria Lucia Dias Gaspar Garcia e Maria Angela Leal Rudge

Número de Participantes: 2.649

O estudo técnico realizado se amparou na pesquisa-ação, com mobilização das 2.649 pessoas que participaram das reuniões, oficinas, seminário, encontros diversos e envolveu órgãos governamentais, sociedade civil organizada e empresas do terceiro setor. Amplamente atingiu-se o setor educacional com aplicação de questionários junto a 1.787 alunos no sentido de perceber a dimensão do problema social. O Encontro Lúdico com crianças e adolescentes, que já estiveram em trabalho insalubre e perigoso em área de lixão, permitiu melhor compreensão da realidade, por serem protagonistas de histórias de vida, mas, sobretudo por mais uma vez enfatizar de forma veemente que urge e de forma definitiva oferecer condições para que crianças tenham oportunidades iguais e que a construção de um mundo mais justo seja exigência ética e cidadã.

A metodologia adotada possibilitou intervenções técnicas no município com a finalidade de avançar em algumas prioridades: deixa construído de forma coletiva pela rede local, dois importantes instrumentos: a construção do **Fluxo de Identificação, Notificação e Atendimento** e a construção do **Plano de Ações Intersetoriais para 2019**.

A equipe do NECA contou com a colaboração da Secretaria Municipal de Assistência Social e com a aceitação e participação das **2.649 pessoas** que estiveram contribuindo com suas ideias e reflexões para a finalização deste trabalho, que esperamos faça avançar cada vez mais a luta pela proteção de



crianças e adolescentes no município, que é referência para a região, com seus quase 193.000 habitantes!



No documento entregue, ao longo de 10 capítulos, detalhamos o estudo e o Diagnóstico sobre Trabalho Infantil em Castanhal. O **capítulo 1** é dedicado aos antecedentes relevantes para o estudo, com uma contextualização sobre o município, apresentando dados sociais e econômicos. O Termo de Ajuste de Conduta – TAC, que serve de *start* para esse Diagnóstico é ressaltado, bem como o contexto atual de enfrentamento ao TI. Ainda neste capítulo, trata-se do processo histórico do TI no Brasil e em específico em Castanhal, incluindo a criação de uma rede de atendimento especializado a situações de vulnerabilidade social.

Os parâmetros legais para enfrentamento ao TI em Castanhal são abordados no **capítulo 2**, no qual é feita a conceituação do TI, incluindo suas piores formas e tipificação. Os avanços na legislação, provocados pelas mudanças sociais, são tratados neste capítulo, passando pela legislação trabalhista vigente e as normas internacionais, bem como, a prevenção, o combate e os mitos sobre o TI.

O **capítulo 3** deste relatório traz os caminhos e metodologias do processo de trabalho do Diagnóstico, seus aspectos metodológicos e etapas distintas, com a



descrição dos diversos momentos da pesquisa de campo, do levantamento documental e do cruzamento dos dados.

No **capítulo 4** é feita a apresentação de indicadores do Trabalho Infantil no Brasil, bem como os dados de violência, mortalidade de crianças e número de crianças e adolescentes no mercado formal em Castanhal. Ao final, são apresentados diversos dados do levantamento sobre Trabalho Infantil no Pará. O levantamento sobre TI junto a escolas estaduais e municipais de Castanhal é detalhado no **capítulo 5**, apresentando os dados brutos da pesquisa em gráficos e tabelas, seguidos da análise dos dados.

No **capítulo 6**, são sistematizados programas, projetos e ações desenvolvidos para enfrentamento ao Trabalho Infantil em Castanhal. No **capítulo 7**, apresentamos o Fluxo para Identificação, Notificação e Atendimento dos casos de crianças e adolescentes envolvidas com o trabalho infantil, pois observamos que um dos fatores de bloqueio ao atendimento eficaz a famílias que possuem crianças e adolescentes em situação de TI configura-se, não propriamente pela inexistência dos serviços, mas pela desarticulação entre eles.

No **capítulo 8**, propomos uma série de ações propositivas para servir de base à composição do Plano de Ação para erradicação do trabalho infantil no município de Castanhal, a partir das determinações do Ministério Público do Trabalho, contidas no Termo de Ajuste de Conduta, cuja execução precisa ser compartilhada e contar com a participação de todos os atores sociais do município. No **capítulo 9**, são feitas considerações, destacando os pontos fortes e os pontos a fortalecer. E no **capítulo 10**, as considerações finais.



## Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários

Em 2019, dois municípios - São Sebastião e Brotas - nos solicitaram formação para as equipes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Proteção Básica da Política Nacional da Assistência Social.

### SÃO SEBASTIÃO/SP

**Data:** 7 e 8 de março de 2019

**Contratante:** Associação Sebastianense de Promoção Social

**Número de Participantes:** 24

**Equipe:** Lucas Carvalho e Milton Fiks

### BROTAS/SP

**Data:** 21 e 22 de outubro de 2019

**Contratante:** APROCAB (Associação de Proteção a Criança e a Adolescente de Brotas)

**Número de Participantes:** 20

**Equipe:** Lucas Carvalho e Milton Fiks

Procuramos elaborar uma proposta de formação coerente com as concepções éticas, políticas e metodológicas que norteiam e orientam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SFCV previsto na Política Nacional da Assistência Social.

Segundo Abigail Torres (2012)<sup>5</sup> a nova concepção de convivência e fortalecimento de vínculos nos coloca diante de desafios para implementar valores constitucionais, democráticos, de justiça social e de defesa dos direitos, ancorada nas relações e na busca da Segurança Social.

Entende-se que o fator primordial a ser levado em conta para a proteção social está alicerçado na vida relacional.

*"A gestão da política social precisa realizar ações que permitam o usuário apropriar-se ou por em prática uma capacidade de realização pessoal e social e também torne mais forte suas relações no âmbito da família, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses o que o torna conhecido e*

<sup>5</sup> TORRES, A. Relatório técnico de entrevistas realizadas com acadêmicos e setor público. MDS. 2012



*reconhecido nos seus lugares de vivência e circulação e atuação pública" (MDS/BRASIL, 2013)<sup>6</sup>*

Partindo dessa visão, se a Saúde pretende dar conta dos direitos universais à vida humana no sentido físico, e a Previdência, dos direitos do trabalho e possibilidades de sobrevivência, o papel da Assistência Social visa a proteção da vida relacional.

Procura-se lidar com o modo como se dá a organização social e as possíveis desigualdades sociais que são consequências deste arranjo, bem como enfrentar algumas situações de conflito que estejam presentes nas relações humanas.

Diante destas premissas, a Assistência Social, no campo das relações, nos coloca frente ao imperativo de que esteja disponível a quem dela necessitar. Seja quando houver sofrimento fruto do modo de organização social, seja como resposta às proteções sociais de sobrevivência, acolhida, convivência e autonomia. Assim saímos do objetivo do enfrentamento da pobreza para objetivos mais amplos ligados ao campo da proteção.

Stela Ferreira (MDS, 2013) ressalta que além de um refinamento e discussão das concepções teóricas, atreladas a essas mudanças também ocorrem alterações na forma de financiamento, que permitem uma regularidade de recursos e uma gestão mais integrada dos diferentes atores sociais. Um trabalho mais profissionalizado, calcado mais no direito do que na filantropia. Processos com continuidade enquanto serviço e não como projetos, os quais estão sujeitos a interrupções devido a sua própria natureza.

As novas concepções também se pautam na luta por direitos de populações, movimentos sociais ou grupos que, por questões históricas ou circunstanciais, encontram seus direitos cerceados.

Essa nova concepção se baseia no princípio da horizontalidade, abolindo o tradicional posicionamento, onde o técnico se colocava em uma posição de tutela, disciplina e controle. Os novos paradigmas estão lastreados em posicionamentos que buscam a troca de saberes, a igualdade e o direito à voz.

Esta nova concepção faz com que tenhamos um novo olhar para as práticas nos Serviços de Fortalecimento de Vínculo. Questões como o respeito às diferenças, modos de produção de desigualdades, desconstrução de padrões relacionais autoritários e violentos passam a ser material de trabalho. É enfatizada e cerne de nosso trabalho a luta contra a diferença que se torna justificativa para a

---

<sup>6</sup> MDS/BRASIL. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. 2013



desigualdade -aquilo que é chamado de sofrimento ético político pela professora Bader Sawaia(2004)<sup>7</sup>.

Nessa concepção, a educação nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV assume uma nova dimensão e questões relacionais passam a ser transdisciplinares e interdisciplinares. As atividades tornam-se um meio e não um fim em si mesmas, já que o que importa mais do que o produto, é o processo e as relações que acontecem dentro delas. Passa-se a elencar vulnerabilidades, estratégias e ferramentas para fortalecimento de vínculos. Ficar atento à qualidade dos vínculos e dos afetos. Fazer e saberes coletivos. Esses passam a serem alguns dos desafios desta nova concepção.

**A proposta elaborada teve como objetivos:**

- Contribuir, através do processo de formação, para a melhoria do atendimento destinado à população que frequenta os centros de convivência dos Projetos: Cidadão, Viração e Garoçá, em São Sebastião.
- Promover o processo de reflexão/discussão sobre as normativas atuais, conceitos e práticas existentes para a busca de estratégias positivas de socioeducação em Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Apoiar a articulação e a integração de conhecimentos e recursos visando a melhoria no cuidado dos usuários dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Discutir e refletir sobre as diferentes alternativas de atividades visando a proteção da vida relacional.

**E como conteúdo programático, os temas abaixo:**

- Nova concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- A Tipificação Nacional do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- A importância da Convivência na Assistência
- O trabalho socioeducativo
- A origem do sofrimento e as possibilidades de convivência
- Fortalecimento de vínculos como finalidade
- Convivência como processo e metodologia

A metodologia utilizada, baseada no Método Quadros, cuidou da ambientação do espaço onde foram realizadas as duas formações, com uma mesa com diversos materiais e tecnologias sociais, como as pranchas e o livro do Método Quadros, livros sobre Educação Social, de cartografias de trabalhos com juventude, material

<sup>7</sup> SAWAIA, B. "O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão" in SAWAIA,B.(org) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial. E ética da desigualdade social. SP. Vozes. 2004



para atividades com jovens e famílias, livros de poesias, publicações sobre o trabalho com crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, o documento Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, publicação sobre práticas da educação social com crianças em situação de rua, materiais sobre o Brincar, etc. No entorno da sala foi preparado um varal com materiais artísticos, fotos, imagens, frases, poemas. Com a disponibilização de canetas coloridas, fitas, giz de cera, papéis, cola, barbante foram confeccionados artesanalmente os crachás dos participantes.

Em um segundo momento, cuidou-se da “CHEGANÇA”, com o acolhimento dos participantes, apresentação de todos e da construção de alguns combinados, com o objetivo de alcançar um espaço democrático e horizontal.

Em seguida foram realizadas três apresentações dialogadas. A primeira sobre os conceitos básicos da PNAS, os Três Tipos de Seguranças e Público Alvo do SCFV. A segunda e terceira trataram sobre os conceitos, prerrogativas, objetivo no SCFV dentro da PNAS e as mudanças de paradigmas dessa política de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como forma de Proteção Social.

No segundo dia cuidou-se inicialmente da chegada dos participantes e em seguida foi realizada mais uma apresentação dialogada sobre vulnerabilidades, indicadores do campo relacional e situações de convivência.

No caso de São Sebastião, como exercício de reflexão, foram trabalhadas duas tarefas:

- I. registro individual de uma encontro/atividade/momento/ciclo/temporada em que a sua prática fez coro ao que foi trazido sobre o SCFV, com uma divisão em subgrupos e depois apresentação para o grupo todo.
- II. uma visitação a instalação que foi construída ao longo desses dois dias (os matérias que trazidos para a ambientação e os painéis construídos por eles) e entrassem em contato com todo o material exposto buscando uma reflexão sobre o que chama a atenção e o faz refletir sobre seu trabalho no SCFV.





Em Brotas, foi solicitado a elaboração de uma proposta de trabalho para o SCFV em quatro campos: na comunidade, no trabalho com famílias, no trabalho intergeracional e intervenções usando os espaços da Casa da Criança. Em subgrupos compartilham essas propostas e construíram coletivamente um 'cardápio de boas práticas em SCFV'.

Ao final, os grupos dos dois municípios refletiram sobre o que mais os marcou no encontro realizado e com que vontade saíam do encontro.

Sobre as marcas do encontro destacam-se: "A experiência compartilhada nas rodas de conversa", "provoações nas falas dos facilitadores quanto nossas ações", "é o momento de recomeçar e de me reinventar", "conhecer as equipes de outros projetos", "percebo que muitos ainda resistem ao novo modelo de trabalho", "a importância de cada um", "aprender novas dinâmicas para desenvolver com os grupos", "um dia muito prazeroso, de aprendizados e sorrisos", "que todos somos capazes de mudar e que todos nós temos direitos e deveres".

Quanto à vontade, destacam-se: "colocar em prática tudo que aprendi", "trilhar novos caminhos e novas vivências", "me aproximar cada vez mais do que eu faço, minha profissão" "ter ações diferentes, saio mais reflexivo, me reinventar", "conversar mais, me expressar mais e interagir mais com as crianças", "fortalecer ainda mais os vínculos que nos une, para que possamos concretizar tudo aquilo que almejamos para o serviço", "colocar mais oficinas na Casa da Criança".





## PARANÁ

**Órgão contratante:** Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná/PR

**Datas:** de setembro a dezembro de 2019

**Número de participantes:** 12

**Municípios envolvidos:** Curitiba, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Cascavel, Toledo, Umuarama, Foz do Iguaçu, Apucarana, Cambé, Jacarezinho).

**Equipe:**

Coordenação: Irandi Pereira

Equipe técnica: Isa Guará, Maria Angela Leal Rudge e Fernanda Caroline Cassador

Apoio logístico: Nicole Key

### **Projeto: Elaboração da metodologia de intervenção, acompanhamento e gestão dos Centros da Juventude / Paraná Seguro**

O objeto da proposta consiste na prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para a elaboração da metodologia de intervenção e acompanhamento com sistema de gestão a ser aplicada e desenvolvida em 15 Centros da Juventude, de 13 municípios do Estado do Paraná. O projeto se inscreve na modalidade Consultoria Institucional junto à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná/PR (SEJUF), numa parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (Contrato n. 3137/OC-BR).

Inclui em seu escopo, a realização de pesquisa diagnóstica, desenvolvimento de metodologia, insumos técnicos e tecnológicos, formação, produção de materiais e estudos e participação pública, considerando a prevenção, reabilitação e reinserção social de jovens com alta incidência de fatores de risco associados à violência e/ou conflito com a lei, compreendendo a faixa etária de 15 a 24 anos de idade. (Componente 2 do Programa Paraná Seguro/Termo de Referência - SDP SQC n. 01/2018, SEDS/PR) A Consultoria NECA tem duração prevista para 12 meses e teve seu início em 30 de agosto de 2019.

Os Centros de Juventude tem por finalidade “constituir-se como um espaço de referência para a juventude, acessível, aberto e democrático que possibilite aos adolescentes e jovens produzir e acessar bens culturais e artísticos; participar de atividades esportivas, tecnológicas; desenvolver e participar de ações que favoreçam a formação pessoal, profissional e política, espaços esses a serem mantidos pelos Municípios beneficiados” e com atenção voltada à parcela desse público que se encontra em contextos marcados pela violência e violação aos



direitos. Ao constituir-se em espaços de referência, de modo aberto e democrático, acessível ao acolhimento desse público, os CJs são mais que “um espaço para oferta de serviços, mas um espaço de permissão para os adolescentes e jovens, viver, conviver e aprender”: um espaço educativo-formativo no nível da proteção básica, com foco ao protagonismo e autonomia de seus participantes. (Deliberação n. 004/2009 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR).

A Consultoria NECA reafirma o compromisso das diferentes políticas públicas na atenção ao adolescente e jovem, tendo em vista o princípio da doutrina da proteção integral e, por isso, segue as diretrizes da incompletude institucional, da intersetorialidade, da descentralização e municipalização das ações na garantia dos direitos humanos e sociais, segundo o ordenamento jurídico-institucional brasileiro e internacional, sobretudo, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (CDC, 1989). Os CJs, enquanto política pública de caráter transversal, compõem a rede de proteção local dos diferentes territórios e a tessitura da articulação justiça e assistência social com as políticas de educação, trabalho (formação e inserção produtiva), saúde, esporte, cultura, lazer, buscam o enfrentamento às diferentes situações de vulnerabilidade e risco a que estão expostos parcela do público adolescente e jovem.

Ao todo são seis produtos gerais (com subprodutos) a serem realizados e entregues pela Consultoria NECA à SEJUF-BID, de acordo com cronograma proposto no Termo de Referência, objeto da contratação da consultoria e, desses já foram entregues até dezembro de 2019, e aprovados, os seguintes Produtos: *Plano de Trabalho, Relatório do Diagnóstico Situacional dos Centros da Juventude/Paraná Seguro, Relatório Técnico de Revisão das Metodologias de Abordagens de Intervenção e Acompanhamento voltados aos Jovens em Situação de Vulnerabilidade e no Processo de Enfrentamento às Violências na juventude.* Encontram-se em andamento a elaboração dos Produtos: *Construção e Aplicação da Metodologia de Intervenção e Acompanhamento voltada aos Jovens em Situação de Vulnerabilidade e no Processo de Enfrentamento às Violências na juventude, Proposta de Prototipagem do Sistema de Gestão dos Centros da Juventude e, por último, a Avaliação da Implementação da Metodologia.*



## Gestão do Sistema Único da Assistência Social - SUAS

Ainda, na sede do NECA, com uma forma de contribuir com o fortalecimento da gestão do SUAS, foram realizados mais dois eventos: a Oficina sobre Vigilância Socioterritorial no SUAS, com carga horária de 16 horas, e o II Curso de Gestão Municipal da Assistência Social, com carga horária de 24 horas.

A oficina sobre Vigilância, ministrada pelas professoras Damares Vicente e Giany Pova, tem como objetivo discutir a vigilância socioassistencial como ferramenta de planejamento, gestão e execução da política pública de Assistência Social, com ênfase na reflexão sobre os desafios da construção de um arcabouço conceitual e operativo que possibilite uma visão ampliada das demandas da coletividade e dos recursos para sua execução.

Participaram da oficina 19 profissionais dos municípios de Araçoiaba/SP, Vinhedo/SP, Pinhalzinho/SP, Santos/SP, e Campo Florido/SP.

*"A discussão do primeiro dia sobre Panorama do SUAS foi fundamental para as questões que perpassam a PNAS e a função da Vigilância Social. Houve uma troca entre teoria e prática."*

O Curso Sobre Gestão Municipal da Assistência Social, em 2019 na sua segunda edição, é voltado para gestores da Política de Assistência Social e tem como objetivos:

- Analisar o marco regulatório e seus rebatimentos na execução da Política de Assistência Social tendo em vista o planejamento de uma Política Municipal de Assistência Social
- Discutir os desafios da gestão pública, para o planejamento, execução e avaliação da política de assistência social nos respectivos municípios, considerando as mudanças nos níveis estaduais e federal.
- Oferecer espaços de troca e de conhecimento sobre os eixos, estratégias, recursos e caminhos da gestão municipal para o atendimento do cidadão que demanda proteção social do Estado.

O curso é coordenado por Isa Maria Guará e Silvia Mac Dowell, e contou com a participação das professoras Damares Vicente, Giany Pova e Patrícia Lisboa.

Participaram dessa edição 18 profissionais da área da gestão dos municípios de Araçoiaba da Serra, Campo Limpo Paulista, Embu das Artes, Mauá, Pinhalzinho, Piracaia, Quadra, Santo Antônio de Posse, São Paulo, Tuiuti, Turiúba, e Votorantim.



*"espaços para a troca e a forma "horizontal" que o conhecimento é transmitido, além de trabalhar de forma próxima a realidade exposta pelos participantes, o que muitas vezes esclarece dúvidas, ameniza angústias e possibilita o desenvolvimento de novas ideias"*





## Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGD

### Conselho Tutelar

Como um dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, os Conselhos Tutelares (CTs) têm a missão de defesa e atendimento local dos casos de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, zelando pelo cumprimento dos direitos garantidos no ECA. Conhecendo a situação real do atendimento os CTs subsidiam o poder público local para a criação e efetivação de políticas de atenção à infância e juventude.

Os direitos que o CT deve proteger estão previstos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que fora regulamentado pelo ECA em 1990 no seu artigo 4º:

*É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a] primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b] precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c] preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d] destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

Porém, na literatura acadêmica a análise da situação dos conselhos sugere, sobretudo, a falta de preparo técnico e político dos quadros que assumem as funções públicas nos conselhos. Além disso, a inexistência de um programa de suporte, orientação e mobilização dirigido a este público resulta em acomodação dos conselheiros ao instituído e à aceitação passiva das decisões tomadas pelos órgãos do governo. Mesmo as boas experiências de gestão e de realização de alguns conselhos permanecem como iniciativas pontuais, sem registro e disseminação.

Portanto, o investimento na seleção e no preparo das pessoas para desempenho desse papel permite inferir que há também expectativas de eficiência e efetividade a serem cumpridas pelos Conselhos e que o programa de formação deverá estimular metodologias e conteúdos para assegurar o melhor desempenho dos conselheiros.



Vale lembrar que a diversidade dos casos que se lhe apresentam, requerem competências que indicam a necessidade de se criar um sistema de suporte consultivo para apoiar, de forma constante e estruturada, o trabalho dos conselheiros. (Conanda, pag.198)

Portanto, é fundamental que se privilegie a formação e o apoio técnico e político aos conselhos num trabalho de esclarecimento e aprofundamento dos conteúdos do ECA, das leis complementares e da dinâmica de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Defesa e de Atenção da Criança e do Adolescente.

O investimento em seleção, formação, articulação e monitoramento dos Conselhos como representantes da sociedade e do poder público é estratégico. Ele garante o aprimoramento de todo o Sistema de Garantia de Direitos, influenciando juízes e promotores da infância e da juventude, defensores, representantes da área de segurança pública e agentes das políticas públicas.

Muitas pesquisas evidenciam que o diálogo entre os organismos que compõe a Rede de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes é fragmentado ou inexistente e que a ação do Conselho Tutelar acaba tendo um caráter pontual, nem sempre bem-sucedida, de acionador da rede de serviço de apoio, sem, contudo, garantir um efetivo atendimento seja nos encaminhamentos à escola, aos serviços de saúde ou aos serviços de assistência social das famílias, crianças e/ou adolescentes atendidos.

A compreensão e a intervenção nessa difícil realidade demandam competências e habilidades mínimas que somadas a uma formação e a supervisão permanentes dos profissionais conseguem dar conta desse grande desafio.

Considerando as questões acima, os municípios têm procurado desenvolver processos de seleção dos candidatos à conselheiros, que incluem além da prova escrita, uma formação sobre o ECA e, em alguns casos, uma avaliação psicológica dos candidatos.

Para a gestão 2020/2024, a eleição foi realizada em outubro de 2019, salvo os casos de municípios que encontraram alguma dificuldade jurídica para realizar nesta data.

Com o objetivo de contribuir com os municípios com relação à organização do processo de escolha dos conselheiros tutelares, no início de 2019, o Neca realizou uma oficina com o tema "Orientações sobre o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares em 2019". A oficina foi realizada por Edson M. Cabral e Marco J. D. Maida, com carga horária de cinco horas e com a participação de 16 profissionais de cinco municípios: Itaquaquetuba, Franco da Rocha, Poloni, Tambaú e Alumínio.

Entre abril e maio, o NECA foi procurado por diversos municípios para realizar o processo seletivo dos candidatos à conselheiros tutelares, assim como a formação dos candidatos ou dos conselheiros eleitos. Realizamos a seleção e/ou formação nos municípios de Campinas, Uberlândia, Serra, São Sebastião, Vargem Grande, São Paulo, e Santa Cruz das Palmeiras.



## CAMPINAS/SP

**Data:** junho, julho e agosto

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadores:** Alice Bittencourt, Edson M. Cabral, Milton Fiks, Patrícia Kelly, Júlio Guimarães, Marco J.D. Maida

Em Campinas, o NECA foi contratado para a elaboração e aplicação da prova escrita e a aplicação e avaliação de testes psicológicos e a elaboração das respostas aos recursos impetrados pelos candidatos em ambas etapas. As ações foram executadas em conjunto com a Comissão Eleitoral, que teve um papel fundamental no processo.

Participaram da prova escrita 197 candidatos, com 29 recursos e 54 considerados habilitados para a avaliação psicológica. Como o número de recursos foi acima do esperado, a equipe também contou com a colaboração de Isa Maria Guará.

A segunda etapa foi realizada com a aplicação e avaliação de teste psicológico, com 54 candidatos e 53 aprovados.

## UBERLÂNDIA/MG

**Data:** julho e agosto

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadores:** Edson M. Cabral, Milton Fiks, Marco J.D. Maida e Júlio Guimarães

O NECA realizou assessoria ao município de Uberlândia – MG, no processo de escolha dos conselheiros tutelares para o quadriênio 2020/2023.

O trabalho realizado contou com as seguintes atividades:

- análise do edital elaborado pela comissão especial eleitoral e indicação de bibliografia para a prova de conhecimentos específicos;
- indicação de bibliografia para a prova escrita;
- elaboração, aplicação e correção de prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e temas correlatos;
- análise e resposta a recursos sobre a prova escrita;
- apresentação da listagem final dos aprovados na prova escrita;
- planejamento e realização da avaliação psicológica para os aprovados na prova escrita;
- análise e resposta a recursos sobre a avaliação psicológica;
- apresentação de listagem final dos aprovados e homologados pela Comissão Especial Eleitoral.

A assessoria também deu-se por meio da participação em reunião com a Comissão Especial Eleitoral e representante do Ministério Público e via contatos por email, telefone e whatsapp para orientações sobre o processo.



A prova escrita teve 25 questões de múltipla escolha e 05 questões dissertativas sobre o ECA e legislações correlatas, e foi aplicada para 75 candidatos. Destes, 38 foram aprovados e convocados para a etapa da avaliação psicológica.

Cumprir destacar a etapa da avaliação psicológica que foi bastante diferente do que usualmente se aplica nesses processos. A equipe do NECA realizou atividade coletiva com os candidatos habilitados nesta etapa e na sequência aplicação de teste de personalidade, obtendo maiores condições e subsídios para uma análise mais ampla sobre o perfil dos candidatos.

## SÃO SEBASTIÃO/SP

**Data:** julho e agosto

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadores:** Edson M. Cabral e Marco J.D. Maida

O trabalho realizado contou com as seguintes atividades:

- elaboração de orientações ao CMDCA para comunicado aos candidatos sobre a prova de conhecimentos específicos;
- elaboração, aplicação e correção de prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- análise e resposta a recursos sobre a prova escrita;
- apresentação da listagem final dos aprovados na prova escrita.

A prova escrita teve 28 questões de múltipla escolha e 02 questões dissertativas sobre o ECA e contou com 29 inscritos e 24 candidatos que realizaram a prova, sendo 15 aprovados.

## SERRA/ES

**Data:** julho e agosto

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadores:** Edson M. Cabral, Alice Bittencourt e Patrícia Kelly

**Numero de participantes:** 57

Para o município de Serra, o NECA realizou uma formação de 40 horas, com 11 encontros noturnos de 4 horas, para os candidatos à conselheiros tutelares do município. Com essa carga horária foi possível aprofundar temas como "Legislação nacional e internacional dos direitos da criança e do adolescente", "A história da Criança e do Adolescente no Brasil", "o Cuidado, a ética e o sigilo no trabalho do Conselho Tutelar", "As atribuições do Conselho Tutela", "as medidas de proteção estabelecidas no ECA", "atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente", "o Sistema de Garantia de Direitos, eixos, composição e atribuições", "postura do Conselheiro Tutelar para o atendimento ao público: profissionalismo, tratamento institucional de casos, atitudes adequadas sugeridas ao conselheiro".



A prova escrita foi elaborada a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, e contou com a participação de 58 candidatos, sendo que 29 foram aprovados. O Neca também elaborou as respostas aos recursos impetrados.

Além do processo seletivo, O Neca também foi convidado a realizar a formação para os candidatos ou para os conselheiros eleitos dos municípios de Vargem Grande, São Paulo e Santa Cruz das Palmeiras.

#### SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP

**Data:** 17, 18 e 19 de dezembro de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadores:** José Carlos Bimbatte e Aline Ribas

**Número de participantes:** 8

Formação realizada para os conselheiros recém-eleitos com foco na escuta especializada de crianças e adolescentes em situação de violência, com carga horária de 20 horas.

Foi possível refletir sobre a necessidade do Conselho Tutelar atuar de acordo com as suas atribuições e pensar em estratégias de aproximação com a rede para que essa compreenda a atribuição do Conselho Tutelar.

#### VARGEM GRANDE/SP

**Data:** 10 de agosto de 2019

**Órgão contratante:** Secretaria de Assistência Social

**Formadora:** Patrícia Kelly

**Número de participantes:** 21

Formação de oito horas, com uma palestra sobre a história da Criança e do Adolescente no Brasil; o cuidado, a ética e o sigilo no trabalho do Conselho Tutelar; a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos, eixos, composição e atribuições. Após as dúvidas e considerações sobre a palestra, foi realizado um trabalho em grupo sobre as atribuições do conselheiro tutelar e as medidas de proteção estabelecidas no ECA. Por fim, foi realizada uma roda de conversa sobre a postura do Conselheiro Tutelar para o atendimento ao público.

#### SÃO PAULO/SP

**Data:** 5 de setembro de 2019

**Órgão contratante:** Fundação Tide Setúbal

**Formadora:** Patrícia Kelly

**Número de participantes:** 20

A formação, com carga horária de 4 horas, foi realizada para candidatos a conselheiros e para membros da Rede de Atendimento da região. O objetivo da formação foi



possibilitar a ampliação do debate como toda a rede, a fim de que a mesma possa acompanhar o mandato do CT mais apropriada do papel e dos desafios do Conselho Tutelar, bem como subsidiar os futuros conselheiros e conselheiras para atuação no próximo mandato. Um dos resultados do debate ocorrido foi a proposta de se retomar o Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Para contribuir com o fortalecimento dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente (CMDCA), elaboramos uma formação, com carga horária de 24 horas, tendo como foco a gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA). O curso, ministrado pelos professores Edson Maurício Cabral e Marco José Domenici Maida, tem como objetivos:

- Compreender qual a dimensão política dos CMDCA's como gestores do FMDCA;
- Oferecer subsídios técnicos e supervisão para elaboração do fluxograma municipal de liberação de recursos.

Participaram do Curso 15 profissionais dos municípios de Ouroeste/SP, São Luís/MA, ALUMÍNIO/SP E NOVA LIMA/MG.

*Avalio com nota máxima. E quero agradecer o acolhimento por parte do NECA. Cuidado, atenção e carinho em todo o processo. Desde o esforço para adequar as datas do curso à nossa disponibilidade, a prontidão em solucionar entraves e até a cuidadosa atenção em relação ao ambiente e ao lanche. Parabéns!"*

Além das ações formativas, o NECA também participou de várias mobilizações e movimentos com o objetivo de contribuir com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.





## Participação do NECA em Movimentos Sociais Nacionais e Internacionais



### 1. MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (MNPCFC)

O NECA representado por Dayse Cesar Franco Bernardi integra o Grupo Gestor do MNPCFC desde 2017. Em 2019 o MNPCFC realizou inúmeras atividades com a participação direta do NECA, entre elas:

#### Notas e manifestações públicas:

- Elaboração do MANIFESTO sobre o PLS n.º 394/2017 e a necessidade da Adoção ser medida de proteção integral a ser mantida no ECA;
- MANIFESTO pela adoção responsável e contra a indevida exposição de crianças e adolescentes em nome de seus melhores interesses;
- MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA busca articulação estratégica para debate, acompanhamento e monitoramento do PLS 394/2017 (Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente) e, de suas relações com o PLS 439/2018 (Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes);
- Contribuições para o PLANO NACIONAL DA PRIMEIRA INFANCIA em documento sobre as relações entre ele e o PLANO NACIONAL DE CONVIVENCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA;
- Participação como membro da Coordenação Colegiada no Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes por escolha em Plenário Geral do MPI;
- NOTA PÚBLICA DE APOIO AO CONANDA E REPÚDIO AO DECRETO 10.003.

### 2. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (PNCFC, 2006) EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

O MNPCFC firmou parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério da Cidadania e com as Aldeias Infantis SOS Brasil para realizar a avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006) em todo o território nacional, visando oferecer subsídios qualitativos para a atualização do PNCFC, cujo Plano de Ação venceu em 2015.



Seminário **Belém/PA**  
agosto de 2019

O NECA participou da organização do processo de avaliação, da elaboração da programação e da realização das oficinas realizadas em eventos e Seminários Nacionais:

**Curitiba/PR – 12 e 13 de agosto** – participação como palestrante no Encontro Nacional do MNPCFC e realização da primeira oficina de avaliação do PNCFC

**Belém/PA – 21 de agosto de 2019** – participação como palestrante no III SEMINÁRIO PROJETO CONEXÕES Pró Convivência Familiar e Comunitária - Acolhimento Institucional e Família Acolhedora na MESA 3 – DESAFIOS DAS DECISÕES: DE ACOLHIMENTO; DE REINTEGRAÇÃO / ADOÇÃO - Os cuidados necessários com o desenvolvimento infantil: Vínculos e Afetos.



Oficina em **Campinas/SP**  
outubro de 2019

Participação de Oficina de Avaliação do PNCFC  
**Campinas/SP - 24 de outubro** – Oficina de Avaliação do PNCFC após o III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar, no qual em nome do MNPCFC realizamos uma manifestação sobre o sentido da revisão do PNCFC



Seminário em **Palmas/TO**  
novembro de 2019

**Palmas/TO – 19 e 20 de novembro de 2019** - participação como palestrante no Seminário Convivência Familiar e Comunitária, Família Acolhedora e Apadrinhamento Afetivo e como coordenadora da Oficina de Avaliação do PNCFC.

**São Paulo, 25, 26 e 27 de novembro de 2019** – NECA - VI SEMINÁRIO QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - A ADOLESCENCIA EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PROJETOS DE VIDA. NECA. Coordenadora da Oficina de Avaliação do PNCFC.



Oficina em **São Paulo** em  
novembro de 2019

### 3. MOVIMENTO PELA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Coletivo de indivíduos, movimentos sociais e entidades organizado para promover a defesa e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dos princípios axiológicos da Doutrina da Proteção Integral referenciados na Constituição Federal para a garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil. O Neca integra o Movimento desde sua origem em 2017, representado por Dayse C. F. Bernardi.



#### AÇÕES REALIZADAS EM 2019 com participação direta do NECA:

Notas e manifestações públicas:

- Repúdio à política de saúde mental e internação de crianças, de 08/02/19,
- Nota contra o PLS 439/2018 - Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes, de 25/04/19
- Nota sobre a ADOÇÃO NA PASSARELA, 23/05/19
- Trabalho infantil, 05/07/19
- NOTA PÚBLICA DE APOIO AO CONANDA E REPÚDIO AO DECRETO 10.003 de 06/09/19
- Manifestação quanto a participação de crianças em Programa de Televisão que as expõe como mercadoria sexualizada - PROGRAMA MISS INFANTIL DO SILVIO SANTOS – 24/09/19
- Revista Crescer – Campanha Proteger é Garantir Direitos - 25/09/19
- Divulgação da Campanha nos meios eletrônicos CFESS, CFP, MNPCFC, AASPTJSP, PUC/SP, NECA
- Encontro para leitura do Contexto Nacional e planejamento de ações do MPI





Lançamento da Campanha “Proteger é garantir direitos” - PUC /SP - 16 de outubro de 2019

É uma ação estratégica do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes. Surge com o mote central de difundir e traduzir as conquistas alçadas com o reconhecimento social, político e normativo da doutrina da proteção integral.



#### 4. OUTRAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO DO NECA

**CONTRIBUIÇÃO NECA** - por meio do GT formado por: Dayse Cesar Franco Bernardi, Alice Duarte de Bittencourt, Milton Fiks, Maria Lúcia Gulassa e Patricia Kelly para a **REVISÃO MINUTA RESOLUÇÃO 03/CMDCA-COMAS/2016** que dispõe sobre a regulamentação e normatização dos serviços de acolhimento institucional e familiar no Município de São Paulo.

**NECA - NOTA PÚBLICA EM DEFESA DO CONANDA E CONTRA O DECRETO QUE O DESCARACTERIZA COMO ÓRGÃO PARITÁRIO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** São Paulo, 05 de setembro de 2019.

#### 5. FICE BRASIL - ASSOCIAÇÃO DO NECA À FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE COMUNIDADES EDUCATIVAS - FICE



O NECA desde 2013 é filiado à FICE Internacional – Federação Internacional de Comunidades Educativas, a convite da Dra. Phil Anna Katharina Schmid, representante da FICE Suíça, tornando-se membro pleno do FICE Internacional em agosto de 2016 com a tarefa de ancorar a FICE-BRASIL. Esta participação supõe o compromisso de organizar a seção nacional do FICE e ampliar o intercâmbio nacional e internacional.

Desde 2018, o Movimento Nacional Pro-Convivência Familiar e Comunitária - MNPCFC, que coordena uma rede de 10 instituições (duas por macrorregião) com aproximadamente 60 organizações membros em todo o Brasil, passa a dividir o compromisso com o NECA de constituir a FICE Brasil.

Desde então várias ações tem sido desenvolvidas pelo NECA e pelo MNPCFC, de forma conjunta com a FICE Brasil.



Em 2019, a FICE-BRASIL não participou da Assembleia Geral da FICE Internacional, devido a restrições financeiras, operacionais e políticas, mas participou do 34º Congresso Internacional da FICE, realizado em Tel Aviv-Israel, de 29 a 31 de outubro de 2019, representada por Patrick Reason, secretário nacional do MNPCFC. O tema escolhido pela FICE Internacional como estratégico para o debate internacional – Care leavers – será objeto de uma ação da FICE Brasil em 2020.

O site da FICE Brasil <http://www.ficebrasil.org.br/> continua sendo alimentado por Isa Guará com material traduzido do Inglês para Português, promovendo o compartilhamento de conhecimento internacional sobre temas relevantes e, favorecendo o intercâmbio de experiências de proteção da infância e da adolescência no mundo.



## Quem somos

### Diretoria (2020-2024)

**Diretor Presidente** – Celso Veras Baptista

**Diretora Vice-Presidente** - Telma Gutierrez de Souza

**Diretora administrativa-financeira** – Maria do Carmo Krehan

#### Conselho Fiscal

##### Titulares

Alice Duarte Bittencourt

José Carlos Bimbatte

Milton Fiks

##### Suplentes

Dayse Cesar Franco Bernardi

Eliane Schutt

Maria Angela Leal Rudge

#### Conselho Gestor

Celso Veras Baptista

Maria do Carmo Krehan

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

Alice Duarte Bittencourt

Dayse Cesar Franco Bernardi

Milton Fiks

Maria Angela Leal Rudge

Maria Lúcia Gulassa

#### Formadores Associados que participaram das formações e ações realizadas em 2019

Alice Duarte Bittencourt

Aline Conegundes Riba

Cláudio Hortêncio Costa

Dayse Cesar Franco Bernardi

Edson Mauricio Cabral

Eliane Schutt

Irandi Pereira

José Carlos Bimbatte Jr.

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará



Juliana Di Thomazo  
Júlio César Vieira Guimarães  
Lucas Souza de Carvalho  
Maria Angela Leal Rudge  
Maria Ângela Maricondi  
Maria do Carmo Krehan  
Maria Elizabeth Seidl Machado  
Maria Lucia Dias Gaspar Garcia  
Maria Lúcia Gulassa  
Maria Luiza Ventura Soares  
Milton Fiks  
Neusa Francisca de Jesus  
Patricia Kelly Ferreira  
Silvia Ferreira Mac Dowell  
Telma Gutierrez de Souza

#### Apoio Administrativo e Logístico

Ana Maria Zagatti  
Nicole Key  
Nelma Silva  
Daiane Souza e Souza  
Rafael Antunes Tavares  
Matheus de Oliveira

#### Projeto Gráfico e diagramação:

Alba Amaral Gurgel Cerdeira

Foto da Capa: @freepik



